



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Serviço de Apoio às Licitações

EDITAL Nº 383/2026

Processo nº 25410.004237/2025-25

**INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (250052)
PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL 91.129/2026**

OBJETO

Contratação de Prestação de serviços especializados de manutenções preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico biométrico, modelo Primme, da fabricante Henry, atualmente instalados nas unidades do Instituto Nacional de Câncer

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 93.555,80 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço global

Modo de disputa:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

SUMÁRIO:

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DO TERMO DE CONTRATO
10. DOS RECURSOS
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER
PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL Nº 91.129/2026

Torna-se público que a União, por intermédio do **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA**, por meio do Serviço de Apoio às Licitações, sediado na Rua Marquês de Pombal nº 125 - 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

AMPLA DISPUTA

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de Prestação de serviços especializados de manutenções preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico biométrico, modelo Primme, da fabricante Henry, atualmente instalados nas unidades do Instituto Nacional de**

Câncer, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Nos itens desta Licitação, não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. sociedades cooperativas;

2.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.13. pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a

condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Como critério de aceitação da proposta o licitante encaminhará a documentação descrita no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas,

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.8. A falsidade da declaração de que trata o (s) item (ns) 4.4, ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo

quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$10,00 (dez reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025.

6.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas brasileiras;

6.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do

julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **(02) duas horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.4. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão

exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a **avaliação prévia** do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail: **sti.contratos@inca.gov.br**, onde será acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando

houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de (02) duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **(02) duas horas**, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses,

contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

9.9 Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974

9.9.1 Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

9.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos

indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.inca.gov.br/editais ou www.gov.br/compras/pt-br e também poderão ser lidos via disponibilização externa no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de

15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: *cpl@inca.gov.br*

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.inca.gov.br/editais ou www.gov.br/compras/pt-br. Também poderão ser lidos via disponibilização externa no SEI (Sistema Eletrônico de Informações), onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Declaracao de Vistoria ou Declaracao de Opção de Não Realização de Vistoria;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Termo de Compromisso de Manutencao e Sigilo;

13.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Documento para indicacao do Preposto da Contratada;

13.11.1.4. Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência;

13.11.1.5. Apêndice do Anexo I – Planilha de Custos e Formação de Precos;

13.11.1.6. Apêndice do Anexo I – Termo de Recebimento Definitivo;

13.11.1.7. Apêndice do Anexo I – Termo de Recebimento Provisorio;

13.11.1.8. Apêndice do Anexo I – Termo de Encerramento do Contrato;

13.11.1.9. Apêndice do Anexo I – Proposta de precos;

13.11.1.10. Apêndice do Anexo I – Mapa de Preços;

13.11.1.11. Apêndice do Anexo I – Planilha de Orçamento;

13.11.1.12. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO FILHO
Chefe Substituto do Serviço de Apoio às Licitações
INCA/MS



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto de Carvalho Filho, Chefe do Serviço de Apoio às Licitações substituto(a)**, em 18/05/2026, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0055423856** e o código CRC **A0F0C399**.

Referência: Processo nº 25410.004237/2025-25

SEI nº 0055423856

Serviço de Apoio às Licitações - SEAL/INCA
Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
Site

INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ

Termo de Referência 474/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
474/2025	250052-INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	RAFAEL MORAES MARIANO CARVALHO	13/11/2025 18:25 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	840/2025	25410.004237/2025-25

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Prestação de serviços especializados de manutenções preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico biométrico, modelo Primme, da fabricante Henry, atualmente instalados nas unidades do Instituto Nacional de Câncer, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

G	r	l	U	t	p	e	o	m	Descrição dos Serviços	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	1								Manutenção preventiva dos equipamentos Primme Ponto - Henry	3514	Mês	12	R\$ 3.979,65	R\$ 47.755,80
									Manutenção corretiva do equipamento Primme Ponto - Henry (43 Equipamentos - SOB DEMANDA)		Ano	1	R\$ 45.800,00	R\$ 45.800,00
									VALOR TOTAL QUE A INSTITUIÇÃO SE DISPÕE A PAGAR					

1.2 Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2.1 Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.3 Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que visa garantir a não interrupção de atividades essenciais e rotineiras do Instituto Nacional de Câncer (INCA/MS), sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4 Prazo de vigência

1.4.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da Ordem de Serviço, prorrogável por igual período ou diverso do contratado originariamente, até o limite de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico instalados, por meio da prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico biométrico, modelo Primme, da fabricante Henry, atualmente instalados nas unidades do Instituto Nacional de Câncer. Trata-se de uma demanda essencial para garantir a regularidade e confiabilidade no registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos, conforme exigido pelas normas internas do Ministério da Saúde e pelos órgãos de controle.

2.2 A manutenção preventiva deverá ser realizada de forma planejada e periódica, mediante visitas técnicas mensais, visando assegurar a integridade dos equipamentos, reduzir o risco de falhas operacionais e preservar sua vida útil, por meio da inspeção técnica, testes funcionais, atualizações de firmware e limpeza técnica especializada dos sensores, placas e componentes. Já a manutenção corretiva deverá ser prestada sob demanda, sempre que identificada a necessidade de intervenção para correção de falhas, substituição de peças defeituosas ou recuperação de funcionalidades comprometidas, para restabelecer integralmente as condições de operação dos dispositivos, garantindo a continuidade dos registros eletrônicos de ponto nas unidades assistenciais, administrativas e de pesquisa do INCA.

2.3 A manutenção corretiva deverá ocorrer no local de instalação dos equipamentos, com resposta rápida às solicitações do contratante, sem limitação no número de chamados durante a vigência contratual. A contratada deverá ainda garantir o fornecimento e a substituição, sempre que necessário, de peças e componentes originais e homologados pelo fabricante, bem como manter suporte técnico permanente para resolução de problemas relacionados à lógica de funcionamento e comunicação dos dispositivos com os sistemas internos e externos.

2.4 A necessidade da contratação é reforçada pela obsolescência gradativa do modelo atual de equipamento, pela indisponibilidade de determinados componentes no mercado e pela criticidade do serviço, uma vez que a inoperância

do sistema de controle de frequência impacta diretamente as rotinas de gestão de pessoal e exige adoção de medidas emergenciais de registro manual, com ônus administrativo significativo. Ademais, a contratação visa assegurar conformidade com as determinações legais vigentes, destacando-se, entre elas, a Portaria nº 587/2015, de 20 de maio de 2015 do Ministério da Saúde, a Nota Técnica nº 02 CAS/CGESP/SAA/SE/MS, o Acórdão nº 029/2017 do Tribunal de Contas da União, e os Memorandos-Circulares nº 61/2013 e nº 13/2017/SAA/SE-MS, que tratam da obrigatoriedade do uso de controle eletrônico biométrico de frequência nas unidades vinculadas ao Ministério da Saúde, bem como da implantação do Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Frequência – SIREF.

2.5 Nesse contexto, a contratação de serviços especializados é imprescindível para manter o ambiente tecnológico de controle de frequência em condições operacionais, garantindo a disponibilidade, a integridade e a legalidade do registro eletrônico de ponto dos servidores do INCA, bem como assegurar que eventuais falhas sejam solucionadas com agilidade, qualidade técnica e respaldo contratual.

2.6 Atender as determinações legais:

- Memorando – Circular nº 61 de 23 de outubro de 2013 – Implantação do ponto eletrônico nos hospitais e Institutos vinculados ao Ministério da Saúde; UASG 250052;
- Portaria nº 587, 20 de maio de 2015 – Redefinem as regras do controle eletrônico de frequência para registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos lotados e em exercícios nos órgãos do Ministério da Saúde;
- Nota Técnica nº 02 CAS/CGESP/SAA/SE/MS – Registro de biometria;
- Acórdão do TCU nº 029/2017 – Implantação do SIREF, com sanções no caso do não cumprimento;
- Memorando – Circular nº 13/2017/SAA/SE-MS – Define a data de início do SIREF;

2.7 A contratação tem por finalidade garantir a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, atualmente utilizados nas unidades do Instituto Nacional de Câncer (INCA), assegurando a continuidade do serviço de controle de frequência dos servidores públicos e o pleno atendimento às normas do Ministério da Saúde. A solução deve contemplar suporte técnico permanente, atualização de firmwares, fornecimento de peças originais e atendimento no local de instalação dos equipamentos, sem limitação no número de chamados. A execução deverá garantir a integração plena com o Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Frequência (SIREF), administrado pelo DATASUS, além de seguir os protocolos de segurança e disponibilidade exigidos para os serviços.

2.8 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 31/12/2025;
- III) Ids dos itens no PCA: 5089; 5090
- IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 250052-840/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de 43 (quarenta e três) equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, atualmente pertencentes às unidades do Instituto Nacional de Câncer (INCA). O objetivo é garantir a continuidade e a confiabilidade do controle eletrônico de frequência dos servidores públicos, conforme normativas do Ministério da Saúde e determinações dos órgãos de controle externo. A execução abrangerá:

3.2 Manutenção preventiva: realizada **mensalmente**, mediante inspeção técnica completa, contemplando testes de Manutenção preventiva: conectividade e funcionamento dos sensores biométricos, verificação elétrica, atualização de firmware, calibração, limpeza técnica dos componentes, lubrificação e ajustes necessários. O cronograma será previamente pactuado com a contratante, abrangendo todos os equipamentos ativos e de reserva técnica.

3.3 Manutenção corretiva: prestada **sob demanda**, sempre que identificadas falhas ou defeitos. Incluirá diagnóstico: técnico, substituição de peças defeituosas, reparos nos componentes eletrônicos, desbloqueio de equipamentos, atualização de módulos e testes de validação. Será obrigatório o uso de peças originais ou homologadas pelo fabricante.

3.4 Tempo de resposta: para assegurar a continuidade do serviço e evitar impactos administrativos, o prazo máximo de resposta para atendimento corretivo será de até **1 (um) dia útil**, contado da abertura do chamado pela contratante.

3.5 Abrangência dos equipamentos: todos os 43 equipamentos Henry – Primme serão cobertos contratualmente, sendo 32 em uso ativo e 11 mantidos em estoque como reserva técnica para substituições emergenciais.

3.6 A presente contratação foi dimensionada com base no inventário atualizado de equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, atualmente sob responsabilidade do Instituto Nacional de Câncer (INCA). De acordo com o levantamento realizado pelas unidades demandantes, o parque tecnológico é composto por 43 equipamentos do mesmo modelo, dos quais 32 encontram-se instalados e em uso ativo, distribuídos entre diversas unidades assistenciais, administrativas e de apoio técnico da Instituição. Os 11 equipamentos remanescentes encontram-se com defeito e estão alocados em estoque como reserva técnica, destinados a substituições emergenciais de peças ou contingências operacionais, compondo o conjunto de ativos que deverá estar coberto contratualmente.

3.7 A contratação abrangerá a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para todos os 41 equipamentos, incluindo aqueles em estoque, com o objetivo de garantir sua plena operacionalidade, disponibilidade técnica e conformidade com os padrões exigidos pela Administração Pública Federal.

3.8 Integração com o SIREF: a solução deverá manter integração nativa e contínua com o Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Frequência (SIREF/DATASUS), assegurando interoperabilidade e confiabilidade dos registros biométricos.

3.9 Execução in loco por profissionais qualificados: todos os serviços deverão ser prestados no local de instalação dos equipamentos, por profissionais comprovadamente capacitados e vinculados a empresa credenciada pela fabricante Henry, garantindo acesso aos sistemas de desbloqueio proprietários e conformidade técnica.

3.10 Dessa forma, a solução contempla o ciclo completo de manutenção preventiva e corretiva, com alta disponibilidade, rastreabilidade e conformidade legal, assegurando a continuidade dos serviços críticos de controle de frequência do INCA.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO n.º 170, de 2012, ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.1.1.2. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.2. Na prestação dos serviços, durante a fase de execução contratual, a CONTRATADA deverá obedecer ao Art. 6 da INSTRUÇÃO NORMATIVA No 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional:

Inciso VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

Inciso VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na resolução CONAMA no 401, de 4 de novembro de 2008.

4.1.3. Ainda, a CONTRATADA para execução do serviço terá que disponibilizar serviços de descarte ambientalmente responsável do lixo tecnológico oriundo deste contrato, para peças e componentes que forem substituídas, visando buscar o alinhamento com a Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que se refere à logística e manufatura reversa, reciclagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos eletrônicos produzidos a partir desta contratação.

4.1.3.1. Corresponde ao serviço de “descarte ambientalmente responsável” a seguinte atividade:

- Reuso - em relação ao eventual reuso de componentes computacionais, o INCA exige que se cumpra o que determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos e que seja garantido que nenhum componente computacional danificado retorne ao mercado em sua forma original.
- Manufatura Reversa - que todos os componentes computacionais que não sejam destinados à reutilização passem por um processo de descaracterização, desmontagem e segregação de suas partes.
- Reciclagem – que sejam efetuadas cumprindo o licenciamento estabelecido pelos órgãos ambientais.
- Todos os custos referentes ao descarte desses materiais, tais como coleta, transporte, recebimento e manuseio, correrão por conta da CONTRATADA.

4.1.4. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa no 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto no 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei no 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

4.1.5. Observar, no que couber, os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.6. Fornecer ao CONTRATANTE, a qualquer tempo, documentos comprobatórios do cumprimento de critérios ambientais referentes à aquisição e procedência do ferramental utilizado na prestação dos serviços, no intuito de garantir a legalidade e conformidade das ferramentas utilizadas.

4.1.7. É dever da CONTRATADA observar entre outros: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.1.8. A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel. Além disso, as configurações de hardware e software deverão ser realizadas visando alto desempenho com a utilização racional de energia.

4.2 Subcontratação

4.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Garantia da Contratação

4.3.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei n.º 14.133, de 2021, na modalidade seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual do contrato.

4.3.1.1 Justifica-se pela alta complexidade e criticidade dos serviços a serem executados, que abrangem a proteção de dados sensíveis, a manutenção da continuidade operacional e a segurança cibernética em uma instituição pública da área de saúde. A referida garantia visa minimizar os riscos de eventual execução inadequada, fomentando o cumprimento de padrões de qualidade imprescindíveis para assegurar a prestação ininterrupta de serviços à população. Adicionalmente, a garantia confere à Administração uma salvaguarda financeira que mitiga potenciais inadimplementos, bem como permite que o CONTRATADO adapte-se continuamente às inovações tecnológicas demandadas. Dessa forma, assegura-se que o CONTRATADO esteja integralmente comprometido com as exigências contratuais e com a sustentabilidade dos serviços prestados à CONTRATADA.

4.3.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.3.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.3.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.3.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 4.3.6 deste Instrumento.

4.3.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução, ou o adimplemento pela Administração.

4.3.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.3.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.3.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.3.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.3.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 4.3.7, observada a legislação que rege a matéria.

4.3.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.3.10. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.3.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.3.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.3.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.3.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.3.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.3.14. A garantia será somente liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.3.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.3.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

4.3.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente neste Instrumento.

4.4 Vistoria

4.4.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia agendada através do e-mail, sti.contratos@inca.gov.br onde será acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

4.4.2 Serão disponibilizados data e horário distintos aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.2.1 O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital e estender-se-á até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.4.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4 O detalhamento e o esclarecimento de dúvidas sobre o ambiente tecnológico, os sistemas de informação do CONTRATANTE e eventuais questionamentos elaborados pelos licitantes acerca do presente instrumento poderão ser prestados durante a vistoria.

4.4.5 Caso seja realizada a vistoria, a licitante receberá a Declaração de Vistoria (ANEXO I - Declaração de Vistoria ou Declaração de Opção de Não Realização de Vistoria), assinada pelo servidor responsável, durante a realização da referida vistoria.

4.4.6 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal, conforme documento modelo (ANEXO I - Declaração de Vistoria ou Declaração de Opção de Não Realização de Vistoria), assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.7 A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para alegações posteriores de desconhecimento das instalações, dúvidas ou omissão de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir integralmente os ônus decorrentes da execução contratual.

4.4.7.1 A licitante que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, assumirá o risco inerente ao seu negócio, não podendo, futuramente, opor-se contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou requerer revisão dos termos contratuais. A proposta apresentada deverá atender integralmente às exigências do edital.

4.5 Requisitos de Capacitação

4.5.1 Será exigido treinamento técnico, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, voltado aos servidores indicados pela CONTRATANTE, abordando tópicos como funcionalidades do equipamento, configurações operacionais básicas, atualização de firmware e execução de testes locais e aos gestores responsáveis pela folha de frequência. O conteúdo deve ser ministrado presencialmente ou por videoconferência, conforme definido pelo INCA, e ocorrer após a primeira manutenção preventiva do contrato.

4.5.2 Todos os profissionais indicados pela contratada para execução dos serviços deverão possuir formação, qualificação e experiência compatíveis com a natureza das atividades a serem desempenhadas. A contratada será integralmente responsável por assegurar que sua equipe detenha os conhecimentos técnicos necessários para realizar os atendimentos com qualidade, segurança e agilidade, garantindo, assim, a execução eficiente das manutenções preventivas e corretivas, conforme os prazos e níveis de serviço estipulados no contrato.

4.6 Requisitos Legais

4.6.1 A CONTRATADA deverá responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas.

4.6.2 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei n.º 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021 e a outras legislações aplicáveis às contratações, no que couber:

4.6.2.1 Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.6.2.2 Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.6.2.3 Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).

4.6.2.4 Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

4.6.2.5 Decreto n.º 11.246/2022 - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.6.2.6 Decreto n.º 10.193/2019 - Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

4.6.2.7 Decreto n.º 10.947, de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.6.2.8 Decreto n.º 7.174, de 12 de maio de 2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

4.6.2.9 Decreto n.º 11.856, de 26 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança;

4.6.2.10 Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Norma sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União);

4.6.2.11 Decreto nº 12.572, de 4 de agosto de 2025, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação;

4.6.2.12 Instrução Normativa SLTI n.º 01, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.6.2.13 Instrução Normativa SEGES/ME n.º 81, de 25 de novembro de 2022 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

4.6.2.14 Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.6.2.15 Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 5 de agosto de 2020 - dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.6.2.16 Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3, de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

4.6.2.17 Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 26 de maio de 2017 - dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.6.2.18 Instrução Normativa n.º 1, de 27 de maio de 2020: Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal (GSI).

4.6.2.19 Portaria SEGES/ME n.º 8.678, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.6.2.20 Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018.

4.6.2.21 Deverão ser respeitadas as Normas Internas e de Segurança da Informação do INCA.

4.6.3 A CONTRATADA deve observar o cumprimento de todas as leis e normas aplicáveis ao OBJETO, em especial atenção àquelas relacionadas ao pagamento das obrigações empresariais relacionadas aos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

4.7 Requisitos de Manutenção

4.7.1 A contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva mensal e manutenção corretiva sob demanda, com atendimento in loco e fornecimento de peças originais ou homologadas. A manutenção preventiva deverá incluir diagnóstico completo, testes de conectividade e funcionamento dos sensores biométricos, limpeza técnica, atualização de firmware, aferição da fonte de alimentação e backup dos registros. A manutenção corretiva deverá ser executada sempre que necessário, com garantia mínima de 3 (três) meses para os componentes substituídos.

4.7.2 A manutenção preventiva compreenderá a vistoria de todos os equipamentos de ponto eletrônicos biométricos instalados e os de reserva técnica, devendo ser realizado os seguintes serviços:

- Verificação dos dispositivos e o funcionamento do sistema, efetuando testes de desempenho, comunicação e diagnósticos em todos os equipamentos;

- Inspeção da voltagem de tensão de entrada e saída das fontes que alimentam os equipamentos, medindo a energia elétrica no local de instalação, de forma a garantir o bom funcionamento e a segurança dos equipamentos;
- Realizar testes de conectividade;
- Testar a rede, digital e as portas USB;
- Verificação da data e horário dos equipamentos;
- Verificação do funcionamento das leituras de digital;
- Limpeza das leitoras e do sensor biométrico;
- Efetuar limpeza geral do equipamento, lubrificação, verificação dos contatos externos (cabos de rede, USB, energia e etc);
- Limpeza específica nas placas eletrônicas; Teste de MRP (memória de registro de ponto);
- Atualização de firmware;
- Testes no display e teclado de toque;
- Conferência da fixação do equipamento; Regulagem do equipamento, inspeção das travas das tampas, promovendo eventuais ajustes;
- Remover defeitos decorrentes da utilização dos equipamentos, além de todos os procedimentos necessários para um perfeito funcionamento do sistema; e
- Deverá ser realizada de forma planejada e periódica, observando as características técnicas dos equipamentos e outros procedimentos necessários ao bom funcionamento e à segurança;

4.7.3 A manutenção corretiva tem por finalidade corrigir falhas sempre que apresentarem em equipamentos e software de forma a restabelecer o funcionamento normal e em perfeitas condições de segurança e de desempenho, e requeiram intervenção técnica especializada com ou sem a substituição de peças/componentes devendo todo reparo ser sucedido de teste em que se afirmam as boas condições de segurança e eficiência.

4.7.4 A manutenção corretiva consistirá na execução de procedimentos destinados a recolocar os relógios de ponto eletrônico biométrico em seu perfeito estado de funcionamento, compreendendo os reparos dos equipamentos, troca de peças danificadas por desgaste natural (com garantia mínima de 03 meses do produto).

4.7.4.1 Identificar, diagnosticar, propor e aplicar correções relacionadas aos problemas, defeitos e erros de funcionamento dos componentes dos equipamentos.

4.7.4.2 Será realizada por demanda do INCA e independentemente do número de chamados.

4.7.4.3 Fornecer informações sobre as correções e reparações necessárias ao restabelecimento da normalidade.

4.8 Requisitos Temporais

4.8.1 Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante. Nesse intervalo, a contratada deverá realizar as ações preparatórias necessárias, tais como, estabelecimento dos canais de atendimento remoto e presencial, e entrega do plano inicial de manutenção preventiva;

4.8.2 A manutenção preventiva deverá seguir um cronograma trimestral, com visitas periódicas mensais, passando por todas as unidades do INCA onde existam equipamentos abrangidos pelo contrato. O cronograma detalhado deverá ser entregue à contratante em até 15 (quinze) dias corridos após o início da vigência contratual, e deverá ser validado previamente pela equipe técnica responsável.

4.8.3 A contratada deverá entregar relatórios mensais consolidados com o histórico das manutenções realizadas, chamados abertos e atendidos, prazos de resolução, peças aplicadas, falhas recorrentes e outras informações pertinentes ao acompanhamento técnico. Os relatórios deverão ser entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período de referência, com validação da contratante.

4.8.4 A contratada deverá observar e garantir os seguintes níveis de serviço, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência da prestação:

- a) Disponibilidade mínima dos equipamentos de ponto eletrônico em funcionamento: 99% (noventa e nove por cento) ao mês, calculada sobre o total de equipamentos ativos cobertos pelo contrato.
- b) Prazos máximos de atendimento para chamados corretivos, contados a partir da abertura da Ordem de Serviço pela contratante:
- Incidente Crítico: falha em equipamento que comprometa setores essenciais (ex.: unidades assistenciais, RH, portarias principais ou áreas administrativas críticas). Prazo máximo de atendimento: até 8 (oito) horas úteis a contar da abertura do chamado.
 - Incidente de Impacto Médio: falha em equipamento em setor com mais de um terminal disponível, permitindo contingência imediata em outro ponto próximo. Prazo máximo de atendimento: até 24 (vinte e quatro) horas úteis.
 - Incidente de Baixo Impacto: falha em equipamento localizado em setor de apoio ou administrativo secundário, cuja indisponibilidade não comprometa de forma significativa a rotina institucional. Prazo máximo de atendimento: até 48 (quarenta e oito) horas úteis.

4.8.5 Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

EVENTO	DESCRIÇÃO	PRAZO	RESPONSABILIDADE
E0	Assinatura do Contrato	Conforme Edital	CONTRATANTE / CONTRATADA
E1	Reunião Inicial de Alinhamento (Gestor + Fiscais + Contratada)	Até 10 dias após E0	CONTRATANTE / CONTRATADA
E2	Apresentação da Garantia Contratual	Até 10 dias após E1	CONTRATADA
E3	Execução das manutenções preventivas	Mensalmente, conforme cronograma validado pela fiscalização	CONTRATADA / FISCALIZAÇÃO TÉCNICA
E4	Atendimento e solução de manutenções corretivas conforme SLA (crítica, alta, média e baixa severidade), são contínuos durante toda a vigência contratual	Conforme prazos de atendimento e solução definidos no item 4.8.4	CONTRATADA
E5	Entrega de relatório técnico mensal consolidado (preventivas, corretivas, SLA, peças substituídas, inventário e disponibilidade)	Até o 5º dia útil do mês subsequente	CONTRATADA
E6	Recebimento Provisório – Emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO(ANEXO VIII)	Até 15 dias após apresentação dos relatórios (E5)	FISCALIZAÇÃO TÉCNICA e ADMINISTRATIVA
E7	Inspeção e conformidade dos serviços	Até 10 dias após E6	FISCALIZAÇÃO

E8	Recebimento Definitivo – Emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (ANEXO VII)	Até 15 dias após E6	COMISSÃO OU SERVIDOR DESIGNADO
E9	Emissão da Nota Fiscal	Até 5º dia útil após recebimento provisório	CONTRATADA
E10	Emissão da Ordem de Pagamento	Até 30 dias após aceite da NF	CONTRATANTE

4.8.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.8.7 Todos os prazos citados, quando não expressos de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8.8 O descumprimento dos prazos estabelecidos nos requisitos temporais poderá ensejar a aplicação de sanções previstas contratualmente, além de impactar negativamente a avaliação de desempenho da contratada, com repercussões nos pagamentos devidos e na continuidade da prestação dos serviços.

4.9 Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9.1 Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial atenção ao Decreto n.º 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação; à Instrução Normativa n.º 1, de 27 de maio de 2020, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal; bem como à Política de Segurança da Informação e Comunicações da CONTRATANTE.

4.9.2 Aplicam-se os requisitos e obrigações quanto a Privacidade e à Segurança da Informação, integrantes do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) do Governo Federal, disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf

4.9.3 A CONTRATADA deverá comprometer-se, por si e por seus empregados, em documento formal, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TIC do CONTRATANTE – inclusive com a assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção e Sigilo (ANEXO II) e Termo de Ciência (ANEXO IV).

4.9.4 A CONTRATADA e seus profissionais envolvidos na solução deverão seguir os seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na prestação dos serviços:

- Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do INCA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;
- Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos pelo INCA;
- Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso, inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão.

4.9.5 A contratada deverá adotar medidas técnicas e organizacionais capazes de assegurar que toda e qualquer intervenção nos ativos de TIC do INCA seja realizada com a devida proteção das informações processadas por esses sistemas. Isso implica, por exemplo, na obrigação de preservar os dados armazenados nos servidores e storages durante atividades de manutenção, atualização ou substituição de componentes, sendo vedado o acesso, cópia, remoção, visualização ou qualquer outro tipo de manipulação de dados que não tenha sido previamente autorizada pela equipe técnica responsável da contratante.

4.9.6 A CONTRATADA deverá adotar critérios adequados para o processo seletivo de profissionais que irão atuar diretamente na execução do objeto, com o propósito de evitar a incorporação de perfis que possam comprometer a segurança ou credibilidade do CONTRATANTE.

4.9.7 Fica vedado a Contratada a realização de qualquer procedimento técnico que envolva a exportação, transporte ou armazenamento de dados fora do ambiente físico e lógico do INCA, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e aprovadas previamente. Do mesmo modo, toda substituição de discos rígidos, unidades de armazenamento ou placas que contenham memória não volátil deverá seguir protocolo específico de segurança, com acompanhamento da equipe técnica do INCA, visando à garantia de descarte seguro ou armazenamento adequado do material, de modo a impedir qualquer tipo de vazamento, recuperação indevida ou reutilização não autorizada de dados.

4.9.8 A empresa contratada também deve dispor de políticas internas de segurança da informação e privacidade formalmente instituídas, com práticas de controle de incidentes, capacitação da equipe, proteção contra softwares maliciosos, controle de dispositivos removíveis e comunicação segura entre seus técnicos e o ambiente do INCA. Caso seja identificada qualquer vulnerabilidade, falha de segurança ou suspeita de violação de dados durante a execução contratual, a contratada deverá comunicar imediatamente à contratante, adotando medidas emergenciais de contenção e apoiando o processo de investigação e mitigação dos riscos.

4.9.9 Todos os profissionais da Contratada deverão portar crachá de identificação para acesso às instalações do CONTRATANTE.

4.10 Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.10.1 Os equipamentos devem ser compatíveis com a infraestrutura lógica e física atualmente em uso no INCA e estar plenamente integrados ao SIREF (Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Frequência), conforme padrão técnico estabelecido pelo DATASUS. A contratada deverá garantir que as atualizações e intervenções técnicas não comprometam essa integração.

4.10.2 Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.10.3 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.10.4 Qualquer atualização ou intervenção que possa impactar a arquitetura lógica ou física do ambiente deverá ser precedida de análise de risco, validação técnica e, sempre que possível, testes prévios em ambiente controlado.

4.10.5 A manutenção deverá garantir a continuidade do alinhamento da infraestrutura aos padrões tecnológicos definidos institucionalmente, sem rupturas que impliquem em reconfigurações desnecessárias ou incompatibilidades técnicas. A contratada deverá, ainda, manter registro atualizado das intervenções realizadas, documentando qualquer alteração relevante que afete a arquitetura tecnológica do ambiente, para fins de auditoria, conformidade e rastreabilidade das ações técnicas.

4.11 Requisitos de Projeto e de Implementação

4.11.1 A contratada deverá elaborar, no início da execução contratual, um plano de trabalho contendo a metodologia de prestação dos serviços, com descrição detalhada dos procedimentos técnicos, fluxos de atendimento, canais

de comunicação, protocolos de resposta, níveis de serviço esperados e critérios de escalonamento. Esse plano deverá ser submetido à validação da área técnica do INCA, podendo ser ajustado mediante necessidade operacional ou evolução do parque tecnológico ao longo da vigência contratual.

4.11.2 Os serviços deverão ser executados de forma padronizada, mediante cronograma de execução previamente aprovado pela contratante, observando boas práticas de manutenção e controle de qualidade. A contratada deverá apresentar relatório técnico detalhado a cada intervenção realizada.

4.11.3 A CONTRATANTE poderá solicitar a instalação de novos pontos em novos locais no INCA, ficando a cargo a CONTRATADA, realizar as devidas configurações necessárias para acrescentar o ponto eletrônico no local desejado.

4.12 Requisitos de Implantação

4.12.1 A implantação dos serviços deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço inicial, sem necessidade de período de transição, tendo em vista que o objeto trata de manutenção de parque tecnológico já existente e em operação.

4.12.2 A contratada deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato, apresentar plano de trabalho detalhado, contendo a metodologia de execução, cronograma de visitas preventivas, procedimentos de atendimento corretivo e canais de comunicação com a fiscalização.

4.12.3 Antes do início efetivo da execução, a contratada deverá realizar, em conjunto com a fiscalização, o levantamento técnico e o inventário atualizado de todos os equipamentos de ponto eletrônico cobertos pelo contrato, registrando número de série, localização física, status operacional e eventuais pendências de manutenção.

4.12.4 A contratada deverá assegurar que, desde o primeiro mês de vigência contratual, todos os serviços de manutenção preventiva ocorram conforme periodicidade definida, de forma a não comprometer a continuidade da operação dos equipamentos e a integração com o Sistema SIREF.

4.12.5 A implantação incluirá ainda a definição de fluxo de chamados técnicos, que deverá contemplar: abertura formal por parte da contratante, registro em sistema informatizado ou formulário padronizado, prazos de atendimento e desolução, bem como a emissão obrigatória de relatórios técnicos de cada atendimento.

4.12.6 Qualquer atualização ou manutenção que impacte a integração com o sistema SIREF/DATASUS deverá ser testada e homologada previamente pela CONTRATADA com o acompanhamento da CONTRATANTE, de forma a evitar interrupções no processo de registro de frequência.

4.13 Requisitos de Garantia e Manutenção

4.13.1 O prazo de garantia legal será aquele definido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e suas alterações posteriores, aplicável a todos os serviços e materiais empregados na execução contratual.

4.13.2 Para peças e componentes substituídos durante a execução das manutenções corretivas, a contratada deverá assegurar garantia contratual mínima de 03 (três) meses, contados a partir da data do ateste definitivo do respectivo serviço. Durante esse período, caso ocorra reincidência de falha na mesma peça ou componente, não poderá haver nova cobrança à Administração.

4.13.3 Compete à fiscalização do contrato manter o controle e o registro das peças substituídas, de forma a assegurar a rastreabilidade das trocas realizadas, evitando cobranças indevidas ou duplicadas e garantindo a adequada aplicação da garantia contratual.

4.14 Requisitos de Experiência Profissional

4.14.1 A contratada deverá comprovar experiência anterior na prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com comprovação de execução contratual compatível em natureza e complexidade.

4.14.2 Os profissionais indicados deverão possuir formação compatível com as atividades desempenhadas, além de experiência comprovada em manutenção de equipamentos similares aos do objeto da contratação. Serão exigidas certificações técnicas atualizadas, emitidas por fabricantes ou entidades reconhecidas, que atestem a capacitação dos profissionais em tecnologias específicas presentes no ambiente do INCA.

4.15 Requisitos de Formação da Equipe

4.15.1 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ponto eletrônico biométrico já existentes no âmbito do Instituto Nacional de Câncer – INCA deverá ser realizada por profissionais devidamente qualificados, com formação compatível com as atividades a serem executadas e capacitação técnica que assegure a realização dos serviços com segurança, eficiência e aderência às melhores práticas.

4.16 Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.16.1 A execução dos serviços será iniciada somente após a emissão de Ordem de Serviço (OS) pela contratante, observados os fluxos de solicitação previamente definidos.

4.16.2 A contratada deverá disponibilizar canal formal de atendimento para abertura de chamados técnicos, com funcionamento ininterrupto no horário das 9h às 18h, de segunda a sexta-feira, excetuados feriados nacionais. O canal deverá permitir registro eletrônico e rastreável das solicitações, garantindo o acompanhamento do status do atendimento pela fiscalização.

4.16.3 Para cada atendimento realizado, preventivo ou corretivo, a contratada deverá apresentar relatório técnico individualizado, contendo, no mínimo:

- (i) identificação do equipamento (número de série, patrimônio e localização);
- (ii) descrição detalhada da ocorrência;
- (iii) diagnóstico realizado;
- (iv) providências adotadas;
- (v) peças substituídas, quando aplicável; e
- (vi) data e assinatura do técnico responsável.

4.16.4 Os relatórios de atendimento técnicos (RAT) deverão ser entregues à fiscalização do contrato até 02 (dois) dias úteis após a conclusão do atendimento, em formato eletrônico e/ou impresso, para fins de controle, ateste e arquivamento.

4.17 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.17.1 A contratada deverá adotar mecanismos rigorosos de controle de acesso, autenticação e rastreabilidade de todas as operações técnicas realizadas nos equipamentos, garantindo que apenas profissionais previamente autorizados e vinculados formalmente ao contrato possam executar intervenções.

- 4.17.2 É vedada a exportação, cópia, armazenamento externo ou qualquer forma de tratamento de dados biométricos fora do ambiente institucional autorizado. Todas as intervenções deverão ocorrer exclusivamente no local de instalação dos equipamentos, sob supervisão da fiscalização, preservando a integridade e a confidencialidade das informações de frequência dos usuários.
- 4.17.3 A contratada deverá assegurar que eventuais registros de manutenção, tais como logs de sistema, relatórios técnicos, arquivos gerados durante procedimentos de atualização, diagnóstico ou testes, não contenham dados pessoais sensíveis, em especial informações biométricas coletadas pelos equipamentos de ponto eletrônico.
- 4.17.4 Os registros deverão restringir-se exclusivamente a informações de caráter técnico, necessárias à execução e comprovação do serviço realizado, sendo vedada qualquer forma de acesso, cópia, extração ou armazenamento de dados biométricos ou de identificação pessoal dos usuários.
- 4.17.5 Todos os profissionais designados para execução dos serviços deverão estar formalmente comprometidos com (ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO E SIGILO), onde será anexado ao Termo de Referência deste projeto, que deverão ser assinados antes do início das atividades, de forma a resguardar as informações institucionais contra qualquer forma de vazamento, uso indevido ou exposição não autorizada. A contratada será responsável por orientar seus técnicos quanto à observância das normas internas e responderá por eventuais incidentes de segurança decorrentes de ações ou omissões da sua equipe, comprometendo-se formalmente a observar a legislação vigente,em especial a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e demais normativos aplicáveis à segurança da informação na Administração Pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução

5.1.1 Início da execução do objeto: deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da ordem de serviço.

5.1.2 A licitante vencedora deverá efetuar a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para todos os 43 equipamentos, incluindo aqueles em estoque, com o objetivo de garantir sua plena operacionalidade, disponibilidade técnica e conformidade com os padrões exigidos pela Administração Pública Federal, conforme levantamento apresentado na tabela abaixo:

UNIDADE	LOCAL FIXADO	QUANT	PATRIMÔNIO
Almoxarifado	Entrada Principal	1	079454
COAD	1 - Corredor da Dermatologia	2	079453
	2 - Entrada Principal - Recepção		079449
CPQ	1 - Entrada Principal ao lado do elevador	1	079446
DIPAT	1 - Entrada Principal	3	079444
	2 - Estacionamento Fundos		079437
	3 - Segundo andar (porta de vidro)		079419
ODONTO	1 - Odontologia - Entrada principal(recepção)		079422
	2 - Entrada Principal 2º do Lado Esquerdo		079423

HC1	3 - Entrada Principal Lado Direito	8	079425
	4 - Direção Geral - 4º andar		079438
	5 - Refeitório 5º Andar		079433
	6 - Entrada Principal 1º do Lado esquerdo		1195200079439
	7 - Entrada Lateral da Coleta - Térreo		079428
	8 - Entrada da Emergência Pediátrica		079429
HC2	1 - Entrada Principal	5	079432
	2 - Entrada Principal		079447
	3 - Entrada emergência		079417
	4 - Entrada emergência		079415
	5 - Direção 7º Andar		079421
HC3	1 - Ao lado do RH 1	3	079435
	2 - Ao lado do RH 2		079436
	3 - Acesso próximo a Santinha		079441
HC4	1 - Ao lado do elevador (aquário)	2	079442
	2 - Ao lado do elevador acesso (térreo)		079427
Hotel 1	Entrada Principal	1	079448
Hotel 2	Entrada Principal	1	079416
INCADATA	Recepção Entrada	1	079420
MP	1 - Refeitório 13º andar	4	079431
	2 - Portaria Frente		079452
	3 - Portaria trás		079451
	RH - 11º andar		079440
	Equipamento em estoque	9	79430
	Equipamento em estoque		79445
	Equipamento em estoque		119520079426
	Equipamento em estoque		79418
	Equipamento em estoque		79443
	Equipamento em estoque		79450
	Equipamento em estoque		79424
	Equipamento em estoque		79414
	Equipamento em estoque		79434
INCADATA	Equipamento em estoque	2	119520094794
	Equipamento em estoque		119520094795

5.2 Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1 Os serviços serão prestados nos seguintes endereços do Instituto Nacional de Câncer:

UNIDADE	ENDEREÇO
Hospital do Câncer I (HCI)	Praça da Cruz Vermelha, 23, Centro - CEP: 20230-130
Hospital do Câncer II (HCII)	Rua Equador, 831, Santo Cristo - CEP: 20220-410
Hospital do Câncer III e IV (HCIII e HCIV)	Rua Visconde de Santa Isabel - 274 - Vila Isabel - CEP: 20560-120

Alojamento 01 (HOTEL 1)	Rua Washington Luiz, n.º 85, CEP: 20230-026
Alojamento 02 (HOTEL 2)	Rua Carlos de Carvalho, 47 – Centro – CEP: 20230-180
Marquês de Pombal (MP)	Rua Marquês de Pombal, 125, Centro - CEP: 20230-240
Divisão de Patologia (DIPAT)	Rua Cordeiro da Graça, 156 - Santo Cristo - CEP: 20220-400
INCADATA	Rua do Resende, 195 - Centro - CEP 20231-091
Coordenação de Pesquisa (CPQI)	Rua André Cavalcanti, 37- Centro - CEP: 20231-050
ODONTOLOGIA	Rua Carlos Sampaio, 246 Loja C – Centro - CER: 20231-085

5.2.2 Os serviços serão prestados no seguinte horário: 09:00h às 18:00h.

5.3 Rotinas a serem cumpridas

- 5.3.1. A manutenção preventiva será realizada com periodicidade mensal, mediante visita técnica programada às unidades físicas onde os equipamentos estão instalados, conforme cronograma pactuado com a contratada, em reunião inicial de kick-off.
- 5.3.2 A manutenção corretiva, por sua vez, será executada sob demanda, sempre que identificado o mau funcionamento de qualquer equipamento, e incluirá o diagnóstico da falha, substituição de peças, atualização de firmware, testes operacionais e demais ações necessárias para restabelecer seu pleno funcionamento.

5.4 Materiais a serem disponibilizados

5.4.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, sob sua responsabilidade, os materiais, ferramentas e equipamentos técnicos indispensáveis à realização das manutenções preventivas, sem ônus adicional para a Administração, cabendo-lhe ainda o fornecimento das peças de reposição originais ou homologadas pelo fabricante Henry, sempre que necessárias à execução de manutenções corretivas, garantindo que todos os itens atendam às quantidades e qualidades exigidas, promovendo sua substituição quando necessário, de modo a assegurar a plena operacionalidade e conformidade técnica dos equipamentos de ponto eletrônico biométrico modelo Primme.

5.5 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5.1 Prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico instalados, por meio da prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico biométrico, modelo Primme, da fabricante Henry, atualmente instalados nas unidades do Instituto Nacional de Câncer. Trata-se de uma demanda essencial para garantir a regularidade e confiabilidade no registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos, conforme exigido pelas normas internas do Ministério da Saúde e pelos órgãos de controle.

5.6 Especificação da garantia do serviço

5.6.1 O prazo de garantia legal será aquele definido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e suas alterações posteriores, aplicável a todos os serviços e materiais empregados na execução contratual.

5.6.2 Para peças e componentes substituídos durante a execução das manutenções corretivas, a contratada deverá assegurar garantia contratual mínima de 03 (três) meses, contados a partir da data do ateste definitivo do respectivo serviço. Durante esse período, caso ocorra reincidência de falha na mesma peça ou componente, não poderá haver nova cobrança à Administração.

5.6.3 Compete à fiscalização do contrato manter o controle e o registro das peças substituídas, de forma a assegurar a rastreabilidade das trocas realizadas, evitando cobranças indevidas ou duplicadas e garantindo a adequada aplicação da garantia contratual.

5.6.4 Não serão necessários procedimentos de transição e fiscalização do contrato devido às características do objeto.

5.7 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1.1 O fiscal técnico deverá acompanhar a CONTRATADA durante todo o processo de desmobilização.

5.7.1.2 A unidade CONTRATANTE deverá realizar o encerramento administrativo do contrato, com a devida baixa de pendências de pagamentos e demais pendências em aberto.

5.7.1.3 A unidade CONTRATANTE deverá emitir o Termo de Encerramento Contratual (Anexo IX - Termo de Encerramento do contrato) que deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 Preposto

6.6.1 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratado.

6.6.3 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.7 Reunião Inicial

6.7.1 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.7.2 A reunião será realizada em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133, de 2021, ocorrerá em até 10(dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

6.7.2.1 A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.7.2.1.1 Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto (Anexo III - Documento para indicação do preposto da contratada);

6.7.2.1.2 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

6.7.2.1.3 esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

6.7.2.1.4 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

6.7.2.1.5 Estabelecer a data efetiva de início dos serviços - Emissão, pela CONTRATANTE e ciência da CONTRATADA, da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

6.8 Rotinas de Fiscalização

6.8.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

6.8.1.1 Fiscalização Técnica

6.8.1.1.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.1.1.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.1.1.3 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.1.1.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.1.1.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.1.1.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8.1.1.7 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios

redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.8.1.1.8 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.8.1.2 Fiscalização Administrativa

6.8.1.2.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1.2.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8.1.2.3 A fiscalização administrativa também será responsável por acompanhar o faturamento mensal com base no inventário atualizado de ativos cobertos pelo contrato.

6.8.1.2.4 Compete ainda ao fiscal administrativo verificar a conformidade das notas fiscais apresentadas com os relatórios técnicos validados pela fiscalização técnica, especialmente no que se refere à execução de manutenções preventivas no período e ao cumprimento dos níveis de serviço (SLA) estabelecidos.

6.8.1.2.5 O fiscal administrativo controlará a execução financeira do contrato, zelando para que não haja pagamento por serviços não prestados, peças não substituídas ou ativos não contemplados, realizando glosas quando cabíveis e assegurando o registro adequado no SIAFI e sistemas internos do INCA.

6.8.1.2.6 Também caberá ao fiscal administrativo acompanhar a formalização de termos aditivos e apostilamentos relativos à inclusão ou exclusão de ativos e garantindo a atualização tempestiva do contrato sem onerar indevidamente a Administração.

6.8.1.2.7 A fiscalização administrativa deverá elaborar relatórios mensais de conformidade financeira e documental, encaminhando-os ao gestor do contrato para ciência e adoção das medidas complementares necessárias.

6.8.1.3 Gestor do Contrato

6.8.1.3.1 Cabe ao gestor do contrato:

6.8.1.3.1.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.1.3.1.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8.1.3.1.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.1.3.1.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.1.3.1.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8.1.3.1.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.8.1.3.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.2 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item:

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Avaliar a conformidade da execução contratual em relação ao atendimento dos prazos estabelecidos em níveis de serviços (SLA), garantindo a continuidade da manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico biométrico do INCA.
Meta a cumprir	IAP igual a 100 % (cem por cento) dos atendimentos realizados dentro dos prazos estabelecidos em SLA.
Instrumento de medição	Índice de Atendimento no Prazo (IAP), calculado a partir do percentual de chamados atendidos e solucionados dentro dos prazos estabelecidos para cada criticidade.
Forma de acompanhamento	Registros de chamados no sistema de suporte da contratada, validados pela fiscalização técnica do contrato, cruzados com os relatórios mensais de manutenção preventiva e corretiva.
Periodicidade	Mensal
Observações	A contratada deverá entregar relatórios mensais contendo inventário atualizado, peças substituídas, SLA de chamados e execução de preventivas. O não cumprimento da meta mínima implicará aplicação de glosas ou sanções.
Início de Vigência	A medição terá início no primeiro mês subsequente à emissão da OS, após validação do inventário inicial dos ativos pela fiscalização.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	IAP = 100% = Pagamento integral. IAP = 95% a 99,9% = Glosa de 5% do valor mensal. IAP = 94,9% a 90% = Glosa de 10% do valor mensal. IAP < 89,9% = Glosa de 20% e abertura de processo de sanções (advertência, multa, impedimento de licitar/contratar).

7.2.1 Considerando o princípio da finalidade, caso sejam verificadas incompatibilidades e/ou inconsistências, o CONTRATANTE poderá revisar fórmulas e parâmetros de cálculo de quaisquer dos indicadores de níveis mínimos de serviço previstos na presente contratação com o objetivo de lhe assegurar a aderência destes à essência do que se busca efetivamente aferir.

7.2.2 Os parâmetros e metas de nível de serviços estabelecidos poderão ser revistos, a qualquer tempo, no decorrer da vigência do CONTRATO, em função da necessidade do negócio, evolução tecnológica ou, ainda, quando verificada a sua impropriedade, em acordo entre o INCA/MS e a CONTRATADA.

7.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3.1 não produzir os resultados acordados,

7.3.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1 O pagamento somente será devido em relação aos equipamentos efetivamente cobertos no período, conforme inventário atualizado e validado pela fiscalização.

7.5.2 A contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, relatório técnico mensal consolidado, validado pela fiscalização técnica, contendo:

- (i) comprovação da realização das manutenções preventivas previstas no período;
- (ii) registros das manutenções corretivas executadas, com os respectivos prazos de atendimento e solução em conformidade com os níveis de serviços (SLA) estabelecidos no item 4.8.5;
- (iii) relação detalhada das peças substituídas, assegurando que sejam novas, originais ou compatíveis de primeira linha;
- (iv) inventário atualizado de ativos cobertos no mês de competência.

7.5.3 O pagamento será proporcional à execução contratual, observado o Índice de Atendimento no Prazo (IAP) definido no item 7.2 – Instrumento de Medição de Resultado (IMR). O não atingimento da meta mínima de 100% (cem por cento) ensejará aplicação de glosas conforme faixas definidas no IMR, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.5.4 Serão aplicadas glosas adicionais em caso de:

- a) não realização de manutenções preventivas no prazo programado;
- b) descumprimento de SLA em manutenções corretivas;
- c) inconsistência ou ausência de entrega dos relatórios técnicos;
- d) cobrança de ativos não elegíveis (em garantia ou fora do inventário).

7.5.5 A aferição final será realizada mensalmente, pela fiscalização administrativa e técnica em conjunto, e constituirá requisito indispensável para autorização do pagamento.

7.6 Recebimento

7.6.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6.3 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.4 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.6.5 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.8 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.9 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6.10 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6.13 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.13.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.13.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.13.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.13.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.13.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6.14 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6.15 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.6.16 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.7 Liquidação

7.7.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.7.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.7.3.1 o prazo de validade;

7.7.3.2 a data da emissão;

7.7.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.7.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.7.3.5 o valor a pagar; e

7.7.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.7.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.7.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.7.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.7.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.7.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.7.11 Após a autorização, a Contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura para o endereço nuclenf@inca.gov.br, aos cuidados da Divisão Orçamentária Financeira - DIOF, que abrirá o respectivo processo de pagamento, encaminhando-o para o gestor do contrato para que seja feita a instrução pertinente.

7.8 Prazo de pagamento

7.8.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.8.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.9 Forma de pagamento

7.9.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.9.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.9.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.9.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.9.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.10 Reajuste

7.10.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado,

7.10.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.10.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.10.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.10.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.10.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.10.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

7.11 Cessão de crédito

7.11.1 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante;

7.11.2 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.11.3 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.11.4 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.11.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020)

7.11.6 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.11.7 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3 Multa

8.3.1 Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

8.3.2 O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021 e do Decreto 11.462/2021.

8.3.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 8.1, de 5% do valor do Contrato.

8.3.4 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 8.1, a multa será de 1% a 5% do valor do contrato.

8.3.5 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 8.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

8.3.6 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 8.1, a multa será de 0,5% a 1% do valor do Contrato.

8.3.7 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao INCA (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.3.8 Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.3.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo INCA ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.3.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3.13 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o INCA;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.3.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.3.15 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3.16 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3.17 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3.17.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.3.18 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.3.19 Os débitos do Contratado para com a Administração INCA, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo instrumento ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 Regime de Execução

9.2.1 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.3 Exigências de habilitação

9.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4 Habilitação jurídica

9.4.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.4.8 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.6 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6 Qualificação Econômico-Financeira

9.6.1 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.6.2 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.6.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.6.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.6.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.6.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.6.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.6.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

9.6.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.7 Qualificação Técnica

9.7.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.7.2 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.8 Qualificação Técnico-Operacional

9.8.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.8.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços continuados de manutenção corretiva e preventiva, com reposição de peças, executados em no mínimo 20 (vinte) equipamentos de ponto eletrônico do fabricante Henry.

9.8.3 O INCA reserva-se no direito de executar diligências para verificar e validar as informações prestadas no(s) atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) pelo vencedor do certame. Também poderão ser requeridos cópia do (s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove, inequivocamente, a veracidade do(s) atestado(s).

9.8.4 Poderá ser apresentado mais de um atestado para fim de comprovação da qualificação técnica.

9.8.5 Ter experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos.

9.8.6 Referir-se a execução do serviço licitado no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, registrado na Junta Comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

9.8.7 No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão admitidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da CONTRATADA proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente.

9.8.8 Para fins de esclarecimento, ressalta-se o entendimento utilizado para GRUPO EMPRESARIAL como sendo o grupo de empresas mantido sob a direção, controle ou administração de outra, embora tendo, cada uma delas, personalidade jurídica própria e autonomia individual, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica; ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

9.8.9 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.8.10 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do interessado.

9.8.11 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.8.12 Apresentar Proposta de Preços, contendo o resumo das condições comerciais ofertadas, conforme o modelo estabelecido no ANEXO V, observando rigorosamente a descrição dos itens e os quantitativos especificados neste Termo de Referência, de modo a permitir sua adequada análise e julgamento.

9.8.12.1 A Proposta de Preços deverá conter o preço unitário e total, de acordo com os preços praticados no mercado, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as especificações constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA.

9.8.12.2 Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas direta e indiretamente envolvidas na execução dos serviços, tais como (não se limitando a): transporte, seguros, salários, encargos sociais, encargos fiscais e taxas comerciais, impostos, taxas de contribuição, tarifas públicas e quaisquer outros custos, quando aplicáveis, necessários ao integral cumprimento do objeto contratado. Deverão estar contidos ainda todos os custos marginais referentes aos profissionais eventualmente designados para a prestação dos serviços, tais como (não se limitando a): deslocamentos, hospedagens, treinamentos etc.

9.8.12.3 A Proposta de Preços deverá ser redigida em Língua Portuguesa (pt-BR), salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, sendo clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a termais de um resultado, com todos os preços expressos em REAIS (R\$) e declaração expressa de que os serviços ofertados atendem aos requisitos técnicos especificados no TERMO DE REFERÊNCIA.

9.8.12.4 A Proposta de Preços deverá ter a validade mínima não inferior a 90 (noventa) dias corridos apartir da data da sessão pública.

9.8.12.5 A LICITANTE deverá declarar, no momento de sua PROPOSTA, que possui capacidade técnica adequada para executar o objeto da licitação, atendendo aos critérios de qualidade e aos níveis de serviço exigidos, cumprindo os requisitos especificados para a presente contratação.

9.8.12.6 O LICITANTE é o único responsável pelas informações contidas em sua proposta, incluindo aquelas sobre tributos. Não caberá qualquer reivindicação para majoração de preços em virtude de possíveis equívocos cometidos. Firmado o CONTRATO, será admitida correção/alteração de preços quando houver alteração da respectiva legislação tributária que rege a operação objeto do instrumento contratual, ou quando tais alterações se derem após a data estabelecida para apresentação da PROPOSTA.

9.8.13 O LICITANTE deverá apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO VI), observando rigorosamente a descrição dos itens e os valores unitários para cada equipamento especificados neste Termo de Referência, observando que este valor mensal e anual deveram estar de acordo com a planilha apresentada.

9.9 Disposições gerais sobre habilitação

9.9.1 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.9.2 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.9.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.5 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10 Da participação de consórcios e cooperativas

9.10.1 Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração pode admitir ou vedar a participação de empresas em consórcio. Considerando a criticidade e a complexidade do objeto, que envolve serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ponto eletrônico biométrico, com SLA rígido de atendimento e solução, não será admitida a participação de empresas em consórcio e cooperativas nesta licitação.

9.10.2 A vedação fundamenta-se na necessidade de que haja unidade de responsabilidade técnica, operacional e administrativa na execução do contrato, de modo a evitar riscos de falhas decorrentes de fragmentação da execução ou da dificuldade de coordenação entre diferentes empresas consorciadas.

9.10.3 Pela mesma razão, não será admitida a participação de cooperativas, uma vez que a execução do objeto demanda corpo técnico altamente especializado, com experiência comprovada em manutenção de ponto eletrônico biométrico, cuja ausência ou divisão de responsabilidades poderia comprometer a continuidade dos serviços essenciais prestados pelo INCA.

9.10.4 Dessa forma, somente serão admitidas empresas que participem de forma individual, assumindo integralmente as responsabilidades técnicas, operacionais e jurídicas do contrato.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 93.555,80(Noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão / Unidade: 250052
- II - Fonte de Recursos: 1002000000
- III - Programa de Trabalho: 10 302 5118 8758 0033
- IV - Elemento de Despesa: 339039
- V - Plano Interno: 234640

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – Ano 2026					
Processo nº 25410.004237/2025-25					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 7.796,31	R\$ 7.796,31	R\$ 7.796,31	R\$ 7.796,31	R\$ 7.796,31	R\$ 7.796,31
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 7.796,31	R\$ 7.796,31	R\$ 7.796,31	R\$ 7.796,31	R\$ 7.796,31	R\$ 7.796,39
Total estimado para o exercício: R\$ 93.555,80					

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2 Justificativa para Citação da Área de Recursos de Tecnologia da Informação

12.2.1 Embora o objeto da presente contratação refira-se à prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, trata-se de solução que possui interface direta com sistemas corporativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em especial com o Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Frequência – SIREF, administrado pelo DATASUS.

12.2.2 Nesse sentido, a área de Recursos de Tecnologia da Informação é citada no presente Termo de referência por desempenhar papel estratégico na análise e na garantia de que a solução contratada se mantenha compatível com a arquitetura tecnológica institucional, com os padrões de interoperabilidade definidos pelo Ministério da Saúde e com as diretrizes de Segurança da Informação e de Proteção de Dados Pessoais, previstas na Lei nº 13.709/2018 – LGPD.

12.2.3 Portanto, ainda que a execução do serviço não se caracterize como atividade típica de TIC, conforme o Anexo II da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, a participação e a menção à área de Recursos de Tecnologia da Informação justifica-se pela necessidade de assegurar a integridade, a disponibilidade e a confiabilidade do ambiente tecnológico associado ao controle de frequência do INCA, bem como pela observância de requisitos técnicos indispensáveis para a continuidade do serviço público.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1 Não se aplica a adoção de instrumento substitutivo ao contrato, tendo em vista que:

13.1.1 O objeto da contratação diz respeito à prestação continuada de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry – modelo Primme, com fornecimento eventual de peças de reposição;

13.1.2 Trata-se de serviço essencial à manutenção do controle de frequência dos servidores, o que exige contrato formal com cláusulas específicas de execução, prazos, responsabilidades, garantias, fiscalização e penalidades;

13.1.3 Já existe contrato vigente referente ao mesmo objeto, destinado à instrução da nova contratação, o que afasta a hipótese de aplicação do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

13.2 Assim, para a presente contratação, será obrigatoriamente adotado instrumento contratual formal, em consonância com os arts. 89 e 92 da Lei nº 14.133/2021, não havendo necessidade de aplicação das regras previstas para substitutivos contratuais.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome e Cargo do Representante Legal

15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 São obrigações do CONTRATANTE :

15.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência.

15.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.

15.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

15.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.1.9 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

15.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas deste instrumento.

15.1.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.13 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

15.1.14 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

15.1.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

15.1.16 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

15.1.17 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

16.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.1.3 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

16.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.1.6 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

16.1.7 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

16.1.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

16.1.8.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

16.1.8.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

16.1.8.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

16.1.8.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

16.1.8.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

16.1.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

16.1.10 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- 16.1.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 16.1.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 16.1.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 16.1.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 16.1.15 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 16.1.16 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 16.1.17 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 16.1.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 16.1.19 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 16.1.20 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 16.1.21 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 16.1.22 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 16.1.23 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 16.1.24 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 16.1.25 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 16.1.26 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 16.1.27 Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):

UNIDADE	ENDEREÇO
Hospital do Câncer I (HCI)	Praça da Cruz Vermelha, 23, Centro - CEP: 20230-130
Hospital do Câncer II (HCII)	Rua Equador, 831, Santo Cristo - CEP: 20220-410

Hospital do Câncer III e IV (HCIII e HCIV)	Rua Visconde de Santa Isabel - 274 - Vila Isabel - CEP: 20560-120
Alojamento 01 (HOTEL 1)	Rua Washington Luiz, n.º 85, CEP: 20230-026
Alojamento 02 (HOTEL 2)	Rua Carlos de Carvalho, 47 – Centro – CEP: 20230-180
Marquês de Pombal (MP)	Rua Marquês de Pombal, 125, Centro - CEP: 20230-240
Divisão de Patologia (DIPAT)	Rua Cordeiro da Graça, 156 - Santo Cristo - CEP: 20220-400
INCADATA	Rua do Resende, 195 - Centro - CEP 20231-091
Coordenação de Pesquisa (CPQI)	Rua André Cavalcanti, 37- Centro - CEP: 20231-050
ODONTOLOGIA	Rua Carlos Sampaio, 246 Loja C – Centro - CER: 20231-085

16.1.27.1 O técnico deverá se deslocar ao local da prestação de serviços demandados.

16.1.28 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

16.1.29 Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

16.1.29.1 Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

16.1.30 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

16.1.31 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

16.1.32 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

16.1.33 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

16.1.34 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

16.1.35 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

16.1.36 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

16.1.37 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

- 16.1.38 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 16.1.39 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 16.1.40 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 16.1.41 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 16.1.42 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 16.1.43 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 16.1.44 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 16.1.45 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 16.1.46 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 16.1.47 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

17. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 17.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 17.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 17.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 17.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 17.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 17.6 É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 17.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 17.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 17.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.11 O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

18. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1 A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2 A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

18.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

18.4 Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

18.5 A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

18.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.9.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.9.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.9.3 Indenizações e multas.

18.10 A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

18.11 A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

19. DOS CASOS OMISSOS

19.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

20. ALTERAÇÕES

20.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

20.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

20.5 Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

21. FORO

21.1 Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIANA TAVARES ALVARES

Equipe de Planejamento - Requisitante



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 09:01:57.

MARLON MARCELO DA SILVA PARAENSE

Equipe de Planejamento - Técnico



Assinou eletronicamente em 10/11/2025 às 10:52:32.

RICARDO LUIZ PEREIRA MACEIRA

Equipe de Planejamento - Administrativo



Assinou eletronicamente em 10/11/2025 às 10:45:05.

JULIO CESAR MOREIRA DOS SANTOS

Chefe Substituto do Serviço de Compras



Assinou eletronicamente em 13/11/2025 às 18:25:41.

ROBERTO LUIZ SILVA DOS SANTOS

Autoridade Máxima da Área de TIC



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 09:18:35.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - Declaracao de Vistoria ou Declaracao de Opcao de Nao Realizacao de Vistoria.docx (27.73 KB)
- Anexo II - ANEXO II - Termo de Compromisso de Manutencao e Sigilo.docx (36.35 KB)
- Anexo III - ANEXO III - Documento para indicacao do Preposto da Contratada.docx (33.73 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - Termo de Ciencia.docx (28.65 KB)
- Anexo V - ANEXO VI - PLANILHA DE CUSTOS E FORMACAO DE PRECOS.pdf (183.28 KB)
- Anexo VI - ANEXO VII - Termo de Recebimento Definitivo.pdf (673.99 KB)
- Anexo VII - ANEXO VIII - Termo de Recebimento Provisorio.pdf (648.9 KB)
- Anexo VIII - ANEXO IX - Termo de Encerramento do Contrato.pdf (167.62 KB)
- Anexo IX - ANEXO V - Proposta de precos.docx (56.53 KB)
- Anexo X - MAPA DE PRECOS_25410.0042372025-25.pdf (152.87 KB)
- Anexo XI - SEI_0050548295_Anexo_PLANILHA DE ORCAMENTO.pdf (44.03 KB)
- Anexo XII - ETP_250052_000287_2025.pdf (225.83 KB)

INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ

Estudo Técnico Preliminar 287/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25410.004237/2025-25

2. Descrição da necessidade

2.1 Prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico instalados, por meio da prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico biométrico, modelo Primme, da fabricante Henry, atualmente instalados nas unidades do Instituto Nacional de Câncer. Trata-se de uma demanda essencial para garantir a regularidade e confiabilidade no registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos, conforme exigido pelas normas internas do Ministério da Saúde e pelos órgãos de controle.

2.2 A manutenção preventiva deverá ser realizada de forma planejada e periódica, mediante visitas técnicas mensais, visando assegurar a integridade dos equipamentos, reduzir o risco de falhas operacionais e preservar sua vida útil, por meio da inspeção técnica, testes funcionais, atualizações de firmware e limpeza técnica especializada dos sensores, placas e componentes. Já a manutenção corretiva deverá ser prestada sob demanda, sempre que identificada a necessidade de intervenção para correção de falhas, substituição de peças defeituosas ou recuperação de funcionalidades comprometidas, para restabelecer integralmente as condições de operação dos dispositivos, garantindo a continuidade dos registros eletrônicos de ponto nas unidades assistenciais, administrativas e de pesquisa do INCA.

2.3 A execução dos serviços deverá ocorrer no local de instalação dos equipamentos, com resposta rápida às solicitações do contratante, sem limitação no número de chamados durante a vigência contratual. A contratada deverá ainda garantir o fornecimento e a substituição, sempre que necessário, de peças e componentes originais e homologados pelo fabricante, bem como manter suporte técnico permanente para resolução de problemas relacionados à lógica de funcionamento e comunicação dos dispositivos com os sistemas internos e externos.

2.4 A necessidade da contratação é reforçada pela obsolescência gradativa do modelo atual de equipamento, pela indisponibilidade de determinados componentes no mercado e pela criticidade do serviço, uma vez que a inoperância do sistema de controle de frequência impacta diretamente as rotinas de gestão de pessoal e exige adoção de medidas emergenciais de registro manual, com ônus administrativo significativo. Ademais, a contratação visa assegurar conformidade com as determinações legais vigentes, destacando-se, entre elas, a Portaria nº 2.571/2012 e a Portaria nº 587/2015 do Ministério da Saúde, a Nota Técnica nº 02 CAS/CGESP/SAA/SE/MS, o Acórdão nº 029 /2017 do Tribunal de Contas da União, e os Memorandos-Circulares nº 61/2013 e nº 13/2017/SAA/SE-MS, que tratam da obrigatoriedade do uso de controle eletrônico biométrico de frequência nas unidades vinculadas ao Ministério da Saúde, bem como da implantação do Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Frequência – SIREF.

2.5 Nesse contexto, a contratação de serviços especializados é imprescindível para manter o ambiente tecnológico de controle de frequência em condições operacionais, garantindo a disponibilidade, a integridade e a legalidade do registro eletrônico de ponto dos servidores do INCA, bem como assegurar que eventuais falhas sejam solucionadas com agilidade, qualidade técnica e respaldo contratual.

2.6 Atender as determinações legais:

- Memorando – Circular nº 61 de 23 de outubro de 2013 – Implantação do ponto eletrônico nos hospitais e Institutos vinculados ao Ministério da Saúde;

- Portaria nº 587, 20 de maio de 2015 – Redefinem as regras do controle eletrônico de frequência para registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos lotados e em exercícios nos órgãos do Ministério da Saúde;
- Nota Técnica nº 02 CAS/CGESP/SAA/SE/MS – Registro de biometria;
- Acórdão do TCU nº 029/2017 – Implantação do SIREF, com sanções no caso do não cumprimento;
- Memorando – Circular nº 13/2017/SAA/SE-MS – Define a data de início do SIREF;

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Tecnologia da Informação (SETI/GAB/INCA/MS)	Roberto Luiz Silva dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO n.º 170, de 2012, ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.1.1.2. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.2. Na prestação dos serviços, durante a fase de execução contratual, a CONTRATADA deverá obedecer ao Art. 6 da INSTRUÇÃO NORMATIVA No 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional:

Inciso VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

Inciso VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na resolução CONAMA no 401, de 4 de novembro de 2008.

4.1.3. Ainda, a CONTRATADA para execução do serviço terá que disponibilizar serviços de descarte ambientalmente responsável do lixo tecnológico oriundo deste contrato, para peças e componentes que forem substituídas, visando buscar o alinhamento com a Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que se refere à logística e manufatura reversa, reciclagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos eletrônicos produzidos a partir desta contratação.

4.1.3.1. Corresponde ao serviço de “descarte ambientalmente responsável” a seguinte atividade:

- Reuso - em relação ao eventual reuso de componentes computacionais, o INCA exige que se cumpra o que determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos e que seja garantido que nenhum componente computacional danificado retorne ao mercado em sua forma original.
- Manufatura Reversa - que todos os componentes computacionais que não sejam destinados à reutilização passem por um processo de descaracterização, desmontagem e segregação de suas partes.

- Reciclagem – que sejam efetuadas cumprindo o licenciamento estabelecido pelos órgãos ambientais.
- Todos os custos referentes ao descarte desses materiais, tais como coleta, transporte, recebimento e manuseio, correrão por conta da CONTRATADA.

4.1.4. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa no 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto no 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei no 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

4.1.5. Observar, no que couber, os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.6. Fornecer ao CONTRATANTE, a qualquer tempo, documentos comprobatórios do cumprimento de critérios ambientais referentes à aquisição e procedência do ferramental utilizado na prestação dos serviços, no intuito de garantir a legalidade e conformidade das ferramentas utilizadas.

4.1.7. É dever da CONTRATADA observar entre outros: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.1.8. A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel. Além disso, as configurações de hardware e software deverão ser realizadas visando alto desempenho com a utilização racional de energia.

4.2 Subcontratação

4.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Garantia da Contratação

4.3.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei n.º 14.133, de 2021, na modalidade seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual do contrato.

4.3.1.1 Justifica-se pela alta complexidade e criticidade dos serviços a serem executados, que abrangem a proteção de dados sensíveis, a manutenção da continuidade operacional e a segurança cibernética em uma instituição pública da área de saúde. A referida garantia visa minimizar os riscos de eventual execução inadequada, fomentando o cumprimento de padrões de qualidade imprescindíveis para assegurar a prestação ininterrupta de serviços à população. Adicionalmente, a garantia confere à Administração uma salvaguarda financeira que mitiga potenciais inadimplementos, bem como permite que o CONTRATADO adapte-se continuamente às inovações tecnológicas demandadas. Dessa forma, assegura-se que o CONTRATADO esteja integralmente comprometido com as exigências contratuais e com a sustentabilidade dos serviços prestados à CONTRATADA.

4.3.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.3.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.3.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.3.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 4.3.6 deste Instrumento.

4.3.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução, ou o adimplemento pela Administração.

4.3.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.3.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.3.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.3.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.3.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 4.3.7, observada a legislação que rege a matéria.

4.3.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.3.10. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.3.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.3.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.3.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.3.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.3.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.3.14. A garantia será somente liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.3.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.3.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

4.3.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente neste Instrumento.

4.4 Vistoria

4.4.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia agendada através do e-mail, sti.contratos@inca.gov.br onde será acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

4.4.2 Serão disponibilizados data e horário distintos aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.2.1 O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital e estender-se-á até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.4.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4 O detalhamento e o esclarecimento de dúvidas sobre o ambiente tecnológico, os sistemas de informação do CONTRATANTE e eventuais questionamentos elaborados pelos licitantes acerca do presente instrumento poderão ser prestados durante a vistoria.

4.4.5 Caso seja realizada a vistoria, a licitante receberá a (ANEXO I - Declaração de Vistoria ou Declaração de Opção de Não Realização de Vistoria, anexado ao termo de referência), assinada pelo servidor responsável, durante a realização da referida vistoria.

4.4.6 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal, conforme documento modelo (ANEXO I - Declaração de Vistoria ou Declaração de Opção de Não Realização de Vistoria, anexado ao termo de referência), assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.7 A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para alegações posteriores de desconhecimento das instalações, dúvidas ou omissão de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir integralmente os ônus decorrentes da execução contratual.

4.4.7.1 A licitante que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, assumirá o risco inerente ao seu negócio, não podendo, futuramente, opor-se contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou requerer revisão dos termos contratuais. A proposta apresentada deverá atender integralmente às exigências do edital.

4.5 Requisitos de Capacitação

4.5.1 Será exigido treinamento técnico, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, voltado aos servidores indicados pela CONTRATANTE, abordando tópicos como funcionalidades do equipamento, configurações operacionais básicas, atualização de firmware e execução de testes locais e aos gestores responsáveis pela folha de frequência. O conteúdo deve ser ministrado presencialmente ou por videoconferência, conforme definido pelo INCA, e ocorrer após a primeira manutenção preventiva do contrato.

4.5.2 Todos os profissionais indicados pela contratada para execução dos serviços deverão possuir formação, qualificação e experiência compatíveis com a natureza das atividades a serem desempenhadas. A contratada será integralmente responsável por assegurar que sua equipe detenha os conhecimentos técnicos necessários para realizar os atendimentos com qualidade, segurança e agilidade, garantindo, assim, a execução eficiente das manutenções preventivas e corretivas, conforme os prazos e níveis de serviço estipulados no contrato.

4.6 Requisitos Legais

4.6.1 A CONTRATADA deverá responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas.

4.6.2 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei n.º 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021 e a outras legislações aplicáveis as contratações, no que couber:

4.6.2.1 Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.6.2.2 Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.6.2.3 Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).

4.6.2.4 Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

4.6.2.5 Decreto n.º 11.246/2022 - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.6.2.6 Decreto n.º 10.193/2019 - Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

4.6.2.7 Decreto n.º 10.947, de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.6.2.8 Decreto n.º 7.174, de 12 de maio de 2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

4.6.2.9 Decreto n.º 11.856, de 26 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança;

4.6.2.10 Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Norma sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União);

4.6.2.11 Decreto nº 12.572, de 4 de agosto de 2025, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação;

4.6.2.12 Instrução Normativa SLTI n.º 01, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.6.2.13 Instrução Normativa SEGES/ME n.º 81, de 25 de novembro de 2022 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

4.6.2.14 Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.6.2.15 Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 5 de agosto de 2020 - dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.6.2.16 Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3, de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

4.6.2.17 Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 26 de maio de 2017 - dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.6.2.18 Instrução Normativa n.º 1, de 27 de maio de 2020: Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal (GSI).

4.6.2.19 Portaria SEGES/ME n.º 8.678, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.6.2.20 Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018.

4.6.2.21 Deverão ser respeitadas as Normas Internas e de Segurança da Informação do INCA.

4.6.3 A CONTRATADA deve observar o cumprimento de todas as leis e normas aplicáveis ao OBJETO, em especial atenção àquelas relacionadas ao pagamento das obrigações empresariais relacionadas aos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

4.7 Requisitos de Manutenção

4.7.1 A contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva mensal e manutenção corretiva sob demanda, com atendimento in loco e fornecimento de peças originais ou homologadas. A manutenção preventiva deverá incluir diagnóstico completo, testes de conectividade e funcionamento dos sensores biométricos, limpeza técnica, atualização de firmware, aferição da fonte de alimentação e backup dos registros. A manutenção corretiva deverá ser executada sempre que necessário, com garantia mínima de 3 (três) meses para os componentes substituídos.

4.7.2 A manutenção preventiva compreenderá a vistoria de todos os equipamentos de ponto eletrônicos biométricos instalados e os de reserva técnica, devendo ser realizado os seguintes serviços:

- Verificação dos dispositivos e o funcionamento do sistema, efetuando testes de desempenho, comunicação e diagnósticos em todos os equipamentos;
- Inspeção da voltagem de tensão de entrada e saída das fontes que alimentam os equipamentos, medindo a energia elétrica no local de instalação, de forma a garantir o bom funcionamento e a segurança dos equipamentos;
- Realizar testes de conectividade;
- Testar a rede, digital e as portas USB;
- Verificação da data e horário dos equipamentos;
- Verificação do funcionamento das leituras de digital;
- Limpeza das leitoras e do sensor biométrico;
- Efetuar limpeza geral do equipamento, lubrificação, verificação dos contatos externos (cabos de rede, USB, energia e etc);
- Limpeza específica nas placas eletrônicas; Teste de MRP (memória de registro de ponto);
- Atualização de firmware;
- Testes no display e teclado de toque;
- Conferência da fixação do equipamento; Regulagem do equipamento, inspeção das travas das tampas, promovendo eventuais ajustes;
- Remover defeitos decorrentes da utilização dos equipamentos, além de todos os procedimentos necessários para um perfeito funcionamento do sistema; e
- Deverá ser realizada de forma planejada e periódica, observando as características técnicas dos equipamentos e outros procedimentos necessários ao bom funcionamento e à segurança;

4.7.3 A manutenção corretiva tem por finalidade corrigir falhas sempre que apresentarem em equipamentos e software de forma a restabelecer o funcionamento normal e em perfeitas condições de segurança e de desempenho, e requeiram intervenção técnica especializada com ou sem a substituição de peças/componentes devendo todo reparo ser sucedido de teste em que se afirmam as boas condições de segurança e eficiência.

4.7.4 A manutenção corretiva consistirá na execução de procedimentos destinados a recolocar os relógios de ponto eletrônico biométrico em seu perfeito estado de funcionamento, compreendendo os reparos dos equipamentos, troca de peças danificadas por desgaste natural (com garantia mínima de 03 meses do produto).

- 4.7.4.1 Identificar, diagnosticar, propor e aplicar correções relacionadas aos problemas, defeitos e erros de funcionamento dos componentes dos equipamentos.
- 4.7.4.2 Será realizada por demanda do INCA e independentemente do número de chamados.
- 4.7.4.3 Fornecer informações sobre as correções e reparações necessárias ao restabelecimento da normalidade.

4.8 Requisitos Temporais

4.8.1 Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante. Nesse intervalo, a contratada deverá realizar as ações preparatórias necessárias, tais como, estabelecimento dos canais de atendimento remoto e presencial, e entrega do plano inicial de manutenção preventiva;

4.8.2 A manutenção preventiva deverá seguir um cronograma trimestral, com visitas periódicas mensais, passando por todas as unidade do INCA onde existam equipamentos abrangidos pelo contrato. O cronograma detalhado deverá ser entregue à contratante em até 15 (quinze) dias corridos após o início da vigência contratual, e deverá ser validado previamente pela equipe técnica responsável.

4.8.3 A contratada deverá entregar relatórios mensais consolidados com o histórico das manutenções realizadas, chamados abertos e atendidos, prazos de resolução, peças aplicadas, falhas recorrentes e outras informações pertinentes ao acompanhamento técnico. Os relatórios deverão ser entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período de referência, com validação da contratante.

4.8.4 A contratada deverá observar e garantir os seguintes níveis de serviço, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência da prestação:

- a) Disponibilidade mínima dos equipamentos de ponto eletrônico em funcionamento: 99% (noventa e nove por cento) ao mês, calculada sobre o total de equipamentos ativos cobertos pelo contrato.
- b) Prazos máximos de atendimento para chamados corretivos, contados a partir da abertura da Ordem de Serviço pela contratante:
- Incidente Crítico: falha em equipamento que comprometa setores essenciais (ex.: unidades assistenciais,RH, portarias principais ou áreas administrativas críticas). Prazo máximo de atendimento: até 8 (oito)horas úteis a contar da abertura do chamado.
 - Incidente de Impacto Médio: falha em equipamento em setor com mais de um terminal disponível, permitindo contingência imediata em outro ponto próximo. Prazo máximo de atendimento: até 24 (vinte e quatro) horas úteis.
 - Incidente de Baixo Impacto: falha em equipamento localizado em setor de apoio ou administrativo secundário, cuja indisponibilidade não comprometa de forma significativa a rotina institucional. Prazo máximo de atendimento: até 48 (quarenta e oito) horas úteis.

4.8.5 Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

EVENTO	DESCRIÇÃO	PRAZO	RESPONSABILIDADE
E0	Assinatura do Contrato	Conforme Edital	CONTRATANTE / CONTRATADA
E1	Reunião Inicial de Alinhamento (Gestor + Fiscais + Contratada)	Até 10 dias após E0	CONTRATANTE / CONTRATADA

E2	Apresentação da Garantia Contratual	Até 10 dias após E1	CONTRATADA
E3	Execução das manutenções preventivas	Mensalmente, conforme cronograma validado pela fiscalização	CONTRATADA / FISCALIZAÇÃO TÉCNICA
E4	Atendimento e solução de manutenções corretivas conforme SLA (crítica, alta, média e baixa severidade), são contínuos durante toda a vigência contratual	Conforme prazos de atendimento e solução definidos no item 4.8.4	CONTRATADA
E5	Entrega de relatório técnico mensal consolidado (preventivas, corretivas, SLA, peças substituídas, inventário e disponibilidade)	Até o 5º dia útil do mês subsequente	CONTRATADA
E6	Recebimento Provisório – Emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO (ANEXO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	Até 15 dias após apresentação dos relatórios (E5)	FISCALIZAÇÃO TÉCNICA e ADMINISTRATIVA
E7	Inspeção e conformidade dos serviços	Até 10 dias após E6	FISCALIZAÇÃO
E8	Recebimento Definitivo – Emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (ANEXO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	Até 15 dias após E6	COMISSÃO OU SERVIDOR DESIGNADO
E9	Emissão da Nota Fiscal	Até 5º dia útil após recebimento provisório	CONTRATADA
E10	Emissão da Ordem de Pagamento	Até 30 dias após aceite da NF	CONTRATANTE

4.8.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.8.7 Todos os prazos citados, quando não expressos de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8.8 O descumprimento dos prazos estabelecidos nos requisitos temporais poderá ensejar a aplicação de sanções previstas contratualmente, além de impactar negativamente a avaliação de desempenho da contratada, com repercussões nos pagamentos devidos e na continuidade da prestação dos serviços.

4.9 Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9.1 Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial atenção ao Decreto n.º 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação; à Instrução Normativa n.º 1, de 27 de maio de 2020, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal; bem como à Política de Segurança da Informação e Comunicações da CONTRATANTE.

4.9.2 Aplicam-se os requisitos e obrigações quanto a Privacidade e à Segurança da Informação, integrantes do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) do Governo Federal, disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf

4.9.3 A CONTRATADA deverá comprometer-se, por si e por seus empregados, em documento formal, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TIC do CONTRATANTE – inclusive com a assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção e Sigilo (ANEXO II, anexado ao termo de referência) e Termo de Ciência (ANEXO IV, anexado ao termo de referência).

4.9.4 A CONTRATADA e seus profissionais envolvidos na solução deverão seguir os seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na prestação dos serviços:

a) Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do INCA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

b) Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos pelo INCA;

c) Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso, inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão.

4.9.5 A contratada deverá adotar medidas técnicas e organizacionais capazes de assegurar que toda e qualquer intervenção nos ativos de TIC do INCA seja realizada com a devida proteção das informações processadas por esses sistemas. Isso implica, por exemplo, na obrigação de preservar os dados armazenados nos servidores e storages durante atividades de manutenção, atualização ou substituição de componentes, sendo vedado o acesso, cópia, remoção, visualização ou qualquer outro tipo de manipulação de dados que não tenha sido previamente autorizada pela equipe técnica responsável da contratante.

4.9.6 A CONTRATADA deverá adotar critérios adequados para o processo seletivo de profissionais que irão atuar diretamente na execução do objeto, com o propósito de evitar a incorporação de perfis que possam comprometer a segurança ou credibilidade do CONTRATANTE.

4.9.7 Fica vedado a Contratada a realização de qualquer procedimento técnico que envolva a exportação, transporte ou armazenamento de dados fora do ambiente físico e lógico do INCA, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e aprovadas previamente. Do mesmo modo, toda substituição de discos rígidos, unidades de armazenamento ou placas que contenham memória não volátil deverá seguir protocolo específico de segurança, com acompanhamento da equipe técnica do INCA, visando à garantia de descarte seguro ou armazenamento adequado do material, de modo a impedir qualquer tipo de vazamento, recuperação indevida ou reutilização não autorizada de dados.

4.9.8 A empresa contratada também deve dispor de políticas internas de segurança da informação e privacidade formalmente instituídas, com práticas de controle de incidentes, capacitação da equipe, proteção contra softwares maliciosos, controle de dispositivos removíveis e comunicação segura entre seus técnicos e o ambiente do INCA. Caso seja identificada qualquer vulnerabilidade, falha de segurança ou suspeita de violação de dados durante a execução contratual, a contratada deverá comunicar imediatamente à contratante, adotando medidas emergenciais de contenção e apoiando o processo de investigação e mitigação dos riscos.

4.9.9 Todos os profissionais da Contratada deverão portar crachá de identificação para acesso às instalações do CONTRATANTE.

4.10 Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.10.1 Os equipamentos devem ser compatíveis com a infraestrutura lógica e física atualmente em uso no INCA e estar plenamente integrados ao SIREF (Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Frequência), conforme padrão técnico estabelecido pelo DATASUS. A contratada deverá garantir que as atualizações e intervenções técnicas não comprometam essa integração.

4.10.2 Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.10.3 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.10.4 Qualquer atualização ou intervenção que possa impactar a arquitetura lógica ou física do ambiente deverá ser precedida de análise de risco, validação técnica e, sempre que possível, testes prévios em ambiente controlado.

4.10.5 A manutenção deverá garantir a continuidade do alinhamento da infraestrutura aos padrões tecnológicos definidos institucionalmente, sem rupturas que impliquem em reconfigurações desnecessárias ou incompatibilidades técnicas. A contratada deverá, ainda, manter registro atualizado das intervenções realizadas, documentando qualquer alteração relevante que afete a arquitetura tecnológica do ambiente, para fins de auditoria, conformidade e rastreabilidade das ações técnicas.

4.11 Requisitos de Projeto e de Implementação

4.11.1 A contratada deverá elaborar, no início da execução contratual, um plano de trabalho contendo a metodologia de prestação dos serviços, com descrição detalhada dos procedimentos técnicos, fluxos de atendimento, canais de comunicação, protocolos de resposta, níveis de serviço esperados e critérios de escalonamento. Esse plano deverá ser submetido à validação da área técnica do INCA, podendo ser ajustado mediante necessidade operacional ou evolução do parque tecnológico ao longo da vigência contratual.

4.11.2 Os serviços deverão ser executados de forma padronizada, mediante cronograma de execução previamente aprovado pela contratante, observando boas práticas de manutenção e controle de qualidade. A contratada deverá apresentar relatório técnico detalhado a cada intervenção realizada.

4.11.3 A CONTRATANTE poderá solicitar a instalação de novos pontos em novos locais no INCA, ficando a cargo a CONTRATADA, realizar as devidas configurações necessárias para acrescentar o ponto eletrônico no local desejado.

4.12 Requisitos de Implantação

4.12.1 A implantação dos serviços deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço inicial, sem necessidade de período de transição, tendo em vista que o objeto trata de manutenção de parque tecnológico já existente e em operação.

4.12.2 A contratada deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato, apresentar plano de trabalho detalhado, contendo a metodologia de execução, cronograma de visitas preventivas, procedimentos de atendimento corretivo e canais de comunicação com a fiscalização.

4.12.3 Antes do início efetivo da execução, a contratada deverá realizar, em conjunto com a fiscalização, o levantamento técnico e o inventário atualizado de todos os equipamentos de ponto eletrônico cobertos pelo contrato, registrando número de série, localização física, status operacional e eventuais pendências de manutenção.

4.12.4 A contratada deverá assegurar que, desde o primeiro mês de vigência contratual, todos os serviços de manutenção preventiva ocorram conforme periodicidade definida, de forma a não comprometer a continuidade da operação dos equipamentos e a integração com o Sistema SIREF.

4.12.5 A implantação incluirá ainda a definição de fluxo de chamados técnicos, que deverá contemplar: abertura formal por parte da contratante, registro em sistema informatizado ou formulário padronizado, prazos de atendimento e desolução, bem como a emissão obrigatória de relatórios técnicos de cada atendimento.

4.12.6 Qualquer atualização ou manutenção que impacte a integração com o sistema SIREF/DATASUS deverá ser testada e homologada previamente pela CONTRATADA com o acompanhamento da CONTRATANTE, de forma a evitar interrupções no processo de registro de frequência.

4.13 Requisitos de Garantia e Manutenção

4.13.1 O prazo de garantia legal será aquele definido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e suas alterações posteriores, aplicável a todos os serviços e materiais empregados na execução contratual.

4.13.2 Para peças e componentes substituídos durante a execução das manutenções corretivas, a contratada deverá assegurar garantia contratual mínima de 03 (três) meses, contados a partir da data do ateste definitivo do respectivo serviço. Durante esse período, caso ocorra reincidência de falha na mesma peça ou componente, não poderá haver nova cobrança à Administração.

4.13.3 Compete à fiscalização do contrato manter o controle e o registro das peças substituídas, de forma a assegurar a rastreabilidade das trocas realizadas, evitando cobranças indevidas ou duplicadas e garantindo a adequada aplicação da garantia contratual.

4.14 Requisitos de Experiência Profissional

4.14.1 A contratada deverá comprovar experiência anterior na prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com comprovação de execução contratual compatível em natureza e complexidade.

4.14.2 Os profissionais indicados deverão possuir formação compatível com as atividades desempenhadas, além de experiência comprovada em manutenção de equipamentos similares aos do objeto da contratação. Serão exigidas certificações técnicas atualizadas, emitidas por fabricantes ou entidades reconhecidas, que atestem a capacitação dos profissionais em tecnologias específicas presentes no ambiente do INCA.

4.15 Requisitos de Formação da Equipe

4.15.1 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ponto eletrônico biométrico já existentes no âmbito do Instituto Nacional de Câncer – INCA deverá ser realizada por profissionais devidamente qualificados, com formação compatível com as atividades a serem executadas e capacitação técnica que assegure a realização dos serviços com segurança, eficiência e aderência às melhores práticas.

4.16 Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.16.1 A execução dos serviços será iniciada somente após a emissão de Ordem de Serviço (OS) pela contratante, observados os fluxos de solicitação previamente definidos.

4.16.2 A contratada deverá disponibilizar canal formal de atendimento para abertura de chamados técnicos, com funcionamento ininterrupto no horário das 9h às 18h, de segunda a sexta-feira, excetuados feriados nacionais. O canal deverá permitir registro eletrônico e rastreável das solicitações, garantindo o acompanhamento do status do atendimento pela fiscalização.

4.16.3 Para cada atendimento realizado, preventivo ou corretivo, a contratada deverá apresentar relatório técnico individualizado, contendo, no mínimo:

- (i) identificação do equipamento (número de série, patrimônio e localização);
- (ii) descrição detalhada da ocorrência;
- (iii) diagnóstico realizado;
- (iv) providências adotadas;
- (v) peças substituídas, quando aplicável; e
- (vi) data e assinatura do técnico responsável.

4.16.4 Os relatórios de atendimento técnicos (RAT) deverão ser entregues à fiscalização do contrato até 02 (dois) dias úteis após a conclusão do atendimento, em formato eletrônico e/ou impresso, para fins de controle, ateste e arquivamento.

4.17 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.17.1 A contratada deverá adotar mecanismos rigorosos de controle de acesso, autenticação e rastreabilidade de todas as operações técnicas realizadas nos equipamentos, garantindo que apenas profissionais previamente autorizados e vinculados formalmente ao contrato possam executar intervenções.

4.17.2 É vedada a exportação, cópia, armazenamento externo ou qualquer forma de tratamento de dados biométricos fora do ambiente institucional autorizado. Todas as intervenções deverão ocorrer exclusivamente no local de instalação dos equipamentos, sob supervisão da fiscalização, preservando a integridade e a confidencialidade das informações de frequência dos usuários.

4.17.3 A contratada deverá assegurar que eventuais registros de manutenção, tais como logs de sistema, relatórios técnicos, arquivos gerados durante procedimentos de atualização, diagnóstico ou testes, não contenham dados pessoais sensíveis, em especial informações biométricas coletadas pelos equipamentos de ponto eletrônico.

4.17.4 Os registros deverão restringir-se exclusivamente a informações de caráter técnico, necessárias à execução e comprovação do serviço realizado, sendo vedada qualquer forma de acesso, cópia, extração ou armazenamento de dados biométricos ou de identificação pessoal dos usuários.

4.17.5 Todos os profissionais designados para execução dos serviços deverão estar formalmente comprometidos com (ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO E SIGILO, anexado ao termo de referência), onde será anexado ao Termo de Referência deste projeto, que deverão ser assinados antes do início das atividades, de forma a resguardar as informações institucionais contra qualquer forma de vazamento, uso indevido ou exposição não autorizada. A contratada será responsável por orientar seus técnicos quanto à observância das normas internas e responderá por eventuais incidentes de segurança decorrentes de ações ou omissões da sua equipe, comprometendo-se formalmente a observar a legislação vigente, em especial a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e demais normativos aplicáveis à segurança da informação na Administração Pública.

4.18 Outros Requisitos Aplicáveis

4.18.1 A contratada deverá, sempre que necessário, solicitar à fabricante Henry a geração dos códigos de desbloqueio, sem ônus adicional para a contratante. Este procedimento deverá estar previsto no contrato e ocorrer de forma imediata sempre que um equipamento estiver bloqueado por falha de software ou segurança.

4.18.2 Não há limite no número de chamados (abertura de Ordens de Serviços) durante o período contratual.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Em conformidade com o disposto nos artigos 18 e 20 da Lei n.º 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado visando aferir a viabilidade da contratação, estimar os custos envolvidos, identificar práticas de mercado e reunir elementos para o adequado dimensionamento do objeto referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, atualmente em operação nas unidades do Instituto Nacional de Câncer – INCA.

5.2 A pesquisa considerou os dados históricos do contrato anterior (Processo SEI nº 25410.003593/2018-01), com base nas condições contratuais pactuadas e na execução efetiva do serviço ao longo de sua vigência. Foi também realizada consulta às bases públicas de contratações governamentais, incluindo o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)/Compras.gov.br, para identificação de contratações similares no âmbito da Administração Pública.

5.3 Verificou-se, a partir das fontes consultadas, que existem empresas especializadas no mercado nacional que prestam serviços de manutenção em equipamentos da marca Henry, inclusive com experiência comprovada na administração pública. Observou-se, contudo, que a manutenção de equipamentos do modelo Primme requer vínculo técnico da contratada com a fabricante, uma vez que o acesso aos sistemas de desbloqueio, atualização de firmware e fornecimento de peças originais é restrito a empresas credenciadas. Tal aspecto é fundamental para garantir a eficácia e a rastreabilidade dos serviços prestados, evitando riscos operacionais decorrentes de intervenções técnicas não autorizadas.

5.4 Além disso, foi formalmente solicitado à empresa atual contratada (Proteger Tecnologia) o envio dos relatórios de atendimento realizados durante a vigência do contrato (ANEXO I - PLANILHAS DE MANUT. INCA 2021 A 2025) e de parecer técnico (ANEXO II - LAUDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – HOS 22872) sobre a atual disponibilidade de peças no mercado para o modelo em questão. A empresa indicou que, embora os equipamentos ainda sejam operacionais, há crescente dificuldade na reposição de determinados componentes, como placas eletrônicas e sensores biométricos, em virtude da descontinuidade gradativa do modelo por parte do fabricante. Essa situação reforça a necessidade de manutenção ativa e contínua, como medida de mitigação de falhas, até que eventual processo de substituição tecnológica possa ser planejado.

5.5 Por fim, a estimativa preliminar de preços foi obtida com base nas contratações anteriores e em registros públicos de aquisições similares, a depender das condições de cobertura, periodicidade dos atendimentos e exigência de peças originais. Esses valores servirão como parâmetro para balizar a etapa de planejamento da contratação e a composição futura da estimativa de custo.

5.6 Diante do exposto, conclui-se que a contratação apresenta viabilidade mercadológica, com presença de fornecedores capacitados a prestar o serviço pretendido, e que há parâmetros técnicos e financeiros suficientes para o adequado dimensionamento do objeto nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta consiste na contratação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de 43 (quarenta e três) equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, atualmente instalados nas unidades do Instituto Nacional de Câncer (INCA). O objetivo é garantir a continuidade e a confiabilidade do controle eletrônico de frequência dos servidores públicos, conforme normativas do Ministério da Saúde e determinações dos órgãos de controle externo. A execução abrangerá:

6.2 **Manutenção preventiva:** realizada mensalmente, mediante inspeção técnica completa, contemplando testes de conectividade e funcionamento dos sensores biométricos, verificação elétrica, atualização de firmware, calibração, limpeza técnica dos componentes, lubrificação e ajustes necessários. O cronograma será previamente pactuado com a contratante, abrangendo todos os equipamentos ativos e de reserva técnica.

6.3 **Manutenção corretiva:** prestada sob demanda, sempre que identificadas falhas ou defeitos. Incluirá diagnóstico técnico, substituição de peças defeituosas, reparos nos componentes eletrônicos, desbloqueio de equipamentos, atualização de módulos e testes de validação. Será obrigatório o uso de peças originais ou homologadas pelo fabricante.

- 6.4 Tempo de resposta: para assegurar a continuidade do serviço e evitar impactos administrativos, o prazo máximo de resposta para atendimento corretivo será de até 1 (um) dia útil, contado da abertura do chamado pela contratante.
- 6.5 Abrangência dos equipamentos: todos os 43 equipamentos Henry – Primme serão cobertos contratualmente, sendo 32 em uso ativo e 11 mantidos em estoque como reserva técnica para substituições emergenciais.
- 6.6 Integração com o SIREF: a solução deverá manter integração nativa e contínua com o Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Frequência (SIREF/DATASUS), assegurando interoperabilidade e confiabilidade dos registros biométricos.
- 6.7 Execução in loco por profissionais qualificados: todos os serviços deverão ser prestados no local de instalação dos equipamentos, por profissionais comprovadamente capacitados e vinculados a empresa credenciada pela fabricante Henry, garantindo acesso aos sistemas de desbloqueio proprietários e conformidade técnica.
- 6.8 Dessa forma, a solução contempla o ciclo completo de manutenção preventiva e corretiva, com alta disponibilidade, rastreabilidade e conformidade legal, assegurando a continuidade dos serviços críticos de controle de frequência do INCA.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1 A presente contratação foi dimensionada com base no inventário atualizado de equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, atualmente sob responsabilidade do Instituto Nacional de Câncer (INCA). De acordo com o levantamento realizado pelas unidades demandantes, o parque tecnológico é composto por 43 equipamentos do mesmo modelo, dos quais 32 encontram-se instalados e em uso ativo, distribuídos entre diversas unidades assistenciais, administrativas e de apoio técnico da Instituição. Os 11 equipamentos remanescentes encontram-se com defeito e estão alocados em estoque como reserva técnica, destinados a substituições emergenciais de peças ou contingências operacionais, compondo o conjunto de ativos que deverá estar coberto contratualmente.
- 7.2 A contratação abrangerá a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para todos os 43 equipamentos, incluindo aqueles em estoque, com o objetivo de garantir sua plena operacionalidade, disponibilidade técnica e conformidade com os padrões exigidos pela Administração Pública Federal, conforme levantamento apresentado na tabela abaixo:

UNIDADE	LOCAL FIXADO	QUANT	PATRIMÔNIO
Almoxarifado	Entrada Principal	1	079454
COAD	1 - Corredor da Dermatologia	2	079453
	2 - Entrada Principal - Recepção		079449
CPQ	1 - Entrada Principal ao lado do elevador	1	079446
DIPAT	1 - Entrada Principal	3	079444
	2 - Estacionamento Fundos		079437
	3 - Segundo andar (porta de vidro)		079419
ODONTO	1 - Odontologia - Entrada principal(recepção)	8	079422
HC1	2 - Entrada Principal 2º do Lado Esquerdo		079423
	3 - Entrada Principal Lado Direito		079425
	4 - Direção Geral - 4º andar		079438
	5 - Refeitório 5º Andar		079433
	6 - Entrada Principal 1º do Lado esquerdo		1195200079439
	7 - Entrada Lateral da Coleta - Térreo		079428
	8 - Entrada da Emergência Pediátrica		079429
	1 - Entrada Principal		079432
	2 - Entrada Principal		079447

HC2	3 - Entrada emergência	5	079417
	4 - Entrada emergência		079415
	5 - Direção 7º Andar		079421
HC3	1 - Ao lado do RH 1	3	079435
	2 - Ao lado do RH 2		079436
	3 - Acesso próximo a Santinha		079441
HC4	1 - Ao lado do elevador (aquário)	2	079442
	2 - Ao lado do elevador acesso (térreo)		079427
Hotel 1	Entrada Principal	1	079448
Hotel 2	Entrada Principal	1	079416
INCADATA	Recepção Entrada	1	079420
MP	1 - Refeitório 13º andar	4	079431
	2 - Portaria Frente		079452
	3 - Portaria trás		079451
	RH - 11º andar		079440
	Equipamento em estoque	9	79430
	Equipamento em estoque		79445
	Equipamento em estoque		119520079426
	Equipamento em estoque		79418
	Equipamento em estoque		79443
	Equipamento em estoque		79450
	Equipamento em estoque		79424
	Equipamento em estoque		79414
	Equipamento em estoque		79434
INCADATA	Equipamento em estoque	2	119520094794
	Equipamento em estoque		119520094795

7.3 A manutenção preventiva será realizada com periodicidade mensal, mediante visita técnica programada às unidades físicas onde os equipamentos estão instalados, conforme cronograma pactuado com a contratada, em reunião inicial de kick-off. A manutenção corretiva, por sua vez, será executada sob demanda, sempre que identificado o mau funcionamento de qualquer equipamento, e incluirá o diagnóstico da falha, substituição de peças, atualização de firmware, testes operacionais e demais ações necessárias para restabelecer seu pleno funcionamento.

7.4 Estima-se, portanto, a necessidade de:

- Cobertura técnica para 43 equipamentos do modelo Henry – Primme, sendo 32 em uso ativo e 11 em reserva técnica;
- Execução mensal da manutenção preventiva em todos os equipamentos instalados, com visitas presenciais às unidades;
- Atendimento ilimitado a chamados corretivos, com deslocamento técnico e fornecimento de peças originais ou homologadas;
- Inclusão dos equipamentos em estoque na cobertura contratual, assegurando sua prontidão para uso quando necessário;
- Treinamento inicial para servidores indicados pela Administração, com foco na operação básica dos equipamentos e comunicação com o sistema SIREF.

7.5 Adicionalmente, destaca-se que os equipamentos de ponto eletrônico atualmente alocados como reserva técnica poderão ser ativados a qualquer momento pela contratante, em novos pontos de controle dentro das unidades do INCA, conforme necessidade institucional. Por esse motivo, todos os equipamentos, inclusive os de backup, deverão estar mantidos em pleno funcionamento e prontos para uso imediato, de modo a garantir sua disponibilidade

operacional. Essa medida visa assegurar alta disponibilidade do serviço de controle de frequência, permitindo a substituição imediata de ativos com falha e a rápida resposta a demandas emergenciais, sem interrupção das rotinas administrativas vinculadas ao registro eletrônico de ponto.

7.6 Essa estimativa está alinhada com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, garantindo uma contratação proporcional à real necessidade da Instituição.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 93.555,80

8.1 A estimativa de custo total da contratação é de R\$ 93.555,80(Noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos) por 12 (doze) meses, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogado, desde que justificado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, conforme dispõe o artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021

8.2 A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de pesquisa de preços no mercado, considerando valores praticados no contrato anterior (Processo nº 25410.003593/2018-01) e referências obtidas junto a fornecedores especializados, bem como a Planilha de Custo e Formação de Preço utilizada. O modelo de remuneração adotado será sob demanda, contemplando dois elementos principais:

- 8.2.1 Serviços de manutenção preventiva;
- 8.2.2 Serviço de Manutenção corretiva com fornecimento e substituição de peças e componentes.

G	I	D	Descrição dos Serviços	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	1		Manutenção preventiva dos equipamentos Primme Ponto - Henry	Mês	12	R\$ 3.979,65	R\$ 47.755,80
	2		Manutenção corretiva do equipamento Primme Ponto - Henry (43 Equipamentos - SOB DEMANDA)	Ano	1	R\$ 45.800,00	R\$ 45.800,00
VALOR TOTAL QUE A INSTITUIÇÃO SE DISPÕES A PAGAR							R\$ 93.555,80

8.3 Para a manutenção preventiva e corretiva, o cálculo foi realizado com base em valor unitário por equipamento atendido, considerando a periodicidade mensal da preventiva e as corretivas executadas conforme necessidade, sem limitação no número de chamados durante a vigência contratual. Esse valor abrangerá mão de obra especializada, deslocamento, ferramentas e insumos necessários para execução dos serviços.

		Quantidade de				

Item	Descrição	Equipamentos (A)	Valor por Equipamento (B)	Valor Total Mensal (A x B)	Quantidade de Meses (C)	Valor Total Anual (A x B x C)
1	Manutenção preventiva dos equipamentos Primme Ponto - Henry	43	R\$ 92,55	R\$ 3.979,65	12	R\$ 47.755,80

8.4 O fornecimento de peças será remunerado de forma separada, conforme valores unitários previamente estabelecidos na proposta comercial da contratada e homologados em contrato, abrangendo, entre outros, módulo biométrico com cabo e leitor, capota traseira, bateria de lítio, fonte de alimentação universal 5V 1A, display gráfico de cristal líquido, etiqueta adesiva de lacre, placa lógica, teclado completo e capota frontal. A cobrança ocorrerá exclusivamente quando houver substituição comprovada e autorizada pela fiscalização.

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual Estimado
2	Módulo biométrico com cabo e leitor	43	R\$ 300,00	R\$ 12.900,00
	Capota traseira	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
	Bateria de lítio	43	R\$ 200,00	R\$ 8.600,00
	Fonte com cabo de alimentação universal 5v 1A	43	R\$ 100,00	R\$ 4.300,00
	Display gráfico de cristal líquido	20	R\$ 200,00	R\$ 4.000,00
	Etiqueta adesiva do relógio (lacre)	120	R\$ 50,00	R\$ 6.000,00
	Placa Lógica	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
	Teclado Completo	10	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00
	Capota frontal	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
Valor Total Anual				R\$ 45.800,00

8.5 O pagamento será efetuado mensalmente, com base nos serviços efetivamente prestados e nas peças efetivamente substituídas no período, em conformidade com os preços unitários estabelecidos em contrato. Essa metodologia assegura economicidade, transparência na composição dos custos e compatibilidade com a legislação vigente, especialmente com os artigos 6, 18 e 23 da Lei n.º 14.133/2021 e com o artigo 5º da IN SEGES/ME n.º 65 /2021, permitindo a adequação dos dispêndios ao uso real e às demandas da Instituição.

8.6 O valor mensal dos serviços será calculado com base na quantidade de equipamentos efetivamente atendidos, considerando a manutenção preventiva mensal e as intervenções corretivas solicitadas pela contratante, sem

limitação no número de chamados. O valor unitário por equipamento servirá como base para cálculo proporcional, de acordo com a execução real.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto sempre que técnica e economicamente viável, de modo a ampliar a competitividade do certame, sem perda de escala ou prejuízo à economicidade.

9.2 No caso em análise, o objeto da contratação consiste na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 43 (quarenta e três) equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, instalados em diferentes unidades do Instituto Nacional de Câncer – INCA, com integração obrigatória ao Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Frequência (SIREF/DATASUS). Após análise técnica e administrativa, conclui-se pela inviabilidade do parcelamento do objeto em lotes, pelos seguintes motivos:

9.2.1 Homogeneidade do parque tecnológico – Todos os equipamentos pertencem ao mesmo fabricante e modelo (Henry – Primme), demandando peças, firmware e procedimentos de manutenção padronizados. A divisão em lotes não traria ganho de competitividade, mas apenas redundância e sobreposição de serviços.

9.2.2 Padronização e rastreabilidade – A gestão unificada é necessária para assegurar uniformidade na aplicação de atualizações, desbloqueios e metodologias de manutenção, além de garantir que somente peças originais ou homologadas sejam utilizadas. O fracionamento poderia comprometer a rastreabilidade e dificultar o controle técnico pela fiscalização.

9.2.3 Integração com o SIREF – A manutenção requer plena interoperabilidade com o SIREF/DATASUS. O parcelamento poderia gerar inconsistências de configuração, riscos à segurança da informação e perda de confiabilidade nos registros biométricos.

9.2.4 Risco de aumento de custos administrativos – A contratação fragmentada exigiria múltiplos contratos, ampliando o esforço de gestão, fiscalização e monitoramento, além de aumentar custos operacionais de mobilização de equipes.

9.2.5 Economia de escala – A centralização em um único contrato favorece maior previsibilidade orçamentária, ganho de escala, menor custo unitário e maior eficiência na execução, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

9.2.6 Disponibilidade de mercado – O levantamento de mercado identificou fornecedores credenciados junto à fabricante Henry com plena capacidade técnica para atender integralmente o escopo da contratação, inexistindo necessidade de parcelamento para ampliar a competitividade.

9.3 Dessa forma, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, padronização e continuidade do serviço público, justifica-se a não adoção do parcelamento do objeto, optando-se pela contratação unificada em lote único, como a alternativa mais vantajosa para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 A contratação em análise refere-se exclusivamente à manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de ponto eletrônico biométrico Henry – modelo Primme, atualmente em operação no Instituto Nacional de Câncer – INCA, com integração obrigatória ao Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Frequência (SIREF), mantido pelo DATASUS.

10.2 Ressalta-se que, no âmbito da Administração Pública Federal, existem outros modelos e metodologias para o registro eletrônico de frequência, que desempenham a mesma função finalística, porém com arquiteturas tecnológicas distintas. Enquanto no INCA a identificação dos servidores ocorre por meio do número do PIS, em outros órgãos federais a autenticação já é realizada pelo número do CPF, utilizando equipamentos mais modernos e atualizados.

10.3 Além disso, alguns órgãos federais passaram a utilizar o aplicativo oficial do Governo Federal para marcação de ponto eletrônico, ferramenta que, até o momento, não foi implementada no INCA. Em razão dessa ausência de alternativa tecnológica, e conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), subsiste a obrigação de garantir a plena funcionalidade dos relógios de ponto físico atualmente em uso, como forma de assegurar a regularidade e confiabilidade do controle de jornada dos servidores públicos.

10.4 Dessa forma, embora não existam contratações interdependentes que inviabilizem ou condicionem a execução do presente contrato, verifica-se a existência de soluções correlatas no âmbito federal. Tais soluções evidenciam que o parque tecnológico do INCA encontra-se em fase de transição, demandando a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos atuais até que haja eventual diretriz ministerial ou normativa que determine a substituição ou adoção de nova metodologia de registro de frequência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação encontra-se devidamente registrada no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PCA) do INCA para o ano de 2025:

ALINHAMENTO AO PCA 2025	
Item	Descrição
293 /2024	Prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico instalado nas unidades do Instituto Nacional de Câncer.

11.1.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- **ID PCA no PNCP:** 00394544000185-0-000001/2025
- **Data de publicação no PNCP:** 31/12/2025
- **Id do item no PCA:** 5089; 5090
- **Classe/Grupo:** 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS
- **Identificador da Futura Contratação:** 250052-840/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, trará benefícios diretos e indiretos à Administração, garantindo a continuidade, a eficiência e a segurança do processo de registro eletrônico de frequência no âmbito do INCA. Entre os principais benefícios, destacam-se:

- 12.1.1 **Continuidade operacional:** assegura o pleno funcionamento dos equipamentos de ponto eletrônico, evitando paralisações que possam comprometer o controle de frequência e a gestão da força de trabalho da instituição;
- 12.1.2 **Alta disponibilidade do serviço:** a cobertura contratual inclui não apenas os equipamentos ativos, mas também os de reserva técnica, possibilitando substituições emergenciais imediatas em caso de falhas, reduzindo o tempo de indisponibilidade;

12.1.3 Conformidade legal e normativa: garante atendimento às determinações do Ministério da Saúde, às orientações do TCU e às exigências da Lei nº 14.133/2021, além de observância aos requisitos do Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Frequência (SIREF), administrado pelo DATASUS;

12.1.4 Segurança da informação e proteção de dados pessoais: reforça o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), ao exigir manutenção realizada com peças originais ou homologadas e acesso controlado aos sistemas proprietários da fabricante, prevenindo riscos à integridade dos dados biométricos;

12.1.5 Padronização e qualidade técnica dos serviços: a exigência de profissionais capacitados e credenciados junto à fabricante Henry assegura que as manutenções sejam realizadas com expertise e em conformidade com as recomendações técnicas oficiais;

12.1.6 Transparência e economicidade: o modelo de pagamento sob demanda, restrito aos equipamentos ativos em funcionamento, garante que a Administração remunere apenas os serviços efetivamente prestados e peças comprovadamente substituídas, evitando custos desnecessários;

12.1.7 Maior controle e rastreabilidade: a contratação prevê relatórios técnicos detalhados de todas as manutenções realizadas, permitindo à Administração acompanhar o histórico de cada equipamento e tomar decisões baseadas em evidências;

12.1.8 Capacitação interna: a realização de treinamento inicial para servidores responsáveis pela gestão dos equipamentos amplia a autonomia da instituição e melhora a eficiência no uso e monitoramento da infraestrutura;

12.1.9 Sustentabilidade e gestão ambiental responsável: ainda que de impacto reduzido, a correta destinação ambiental de peças substituídas e de resíduos eletrônicos contribui para atender à legislação ambiental e às políticas de sustentabilidade do setor público.

12.2 Assim, a contratação não apenas mantém a infraestrutura de registro eletrônico de ponto em pleno funcionamento, como também fortalece a governança de TIC, promove maior eficiência administrativa e garante a continuidade de um serviço crítico para a gestão de pessoas no INCA.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para viabilizar a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, deverão ser adotadas as seguintes providências:

13.2 Atualização do inventário:

13.2.1 Realizar periodicamente o levantamento detalhado de todos os equipamentos em operação, com registro de número de série, localização, status de funcionamento e eventuais falhas recorrentes, para que a contratação contemple o quantitativo real e o estado de uso.

13.3 Infraestrutura para novos pontos biométricos:

13.3.1 Caberá exclusivamente ao INCA providenciar toda a infraestrutura necessária para a instalação de novos pontos biométricos, incluindo rede lógica e ponto elétrico dedicados, devidamente preparados e testados. A contratada será responsável apenas pela instalação e configuração do equipamento em locais previamente adequados, não assumindo obrigações relacionadas à execução de infraestrutura.

13.4 Acompanhamento da execução contratual:

13.4.1 Definir os fiscais e gestores do contrato, com atribuições claras para monitorar a execução, validar relatórios técnicos, controlar trocas de peças e garantir que as condições de segurança da informação e privacidade sejam cumpridas.

13.5 Estabelecer rotina de reuniões trimestrais de avaliação de desempenho com base nos indicadores do SLA, para ajuste de práticas e mitigação de riscos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A presente contratação refere-se à manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ponto eletrônico biométrico, não estando associada as atividades de grande impacto ambiental. Entretanto, em observância aos princípios da Lei nº 14.133/2021, em especial o da promoção do desenvolvimento nacional sustentável (art. 11, IV), faz-se necessário avaliar e mitigar os efeitos socioambientais decorrentes da execução contratual.

14.2 O impacto mais relevante está vinculado à destinação de resíduos eletroeletrônicos, como placas, sensores biométricos, displays e fontes de energia, que devem ser descartados de forma ambientalmente correta, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e o Decreto nº 10.936/2022. Também se reconhece impacto indireto no consumo energético, ainda que reduzido, pelo uso contínuo dos dispositivos.

14.3 Para mitigar esses impactos, a contratada deverá:

14.3.1 Realizar o descarte ambientalmente adequado de peças substituídas, comprovando documentalmente a destinação a empresas ou cooperativas licenciadas;

14.3.2 Utilizar somente peças originais ou homologadas, prolongando a vida útil dos equipamentos;

14.3.3 Manter registros de todas as substituições realizadas, assegurando rastreabilidade.

14.4 Indicadores de Sustentabilidade para acompanhamento contratual

14.4.1 A fim de possibilitar o monitoramento pela fiscalização, estabelecem-se como indicadores mínimos de sustentabilidade:

14.4.1.1 Quantidade de peças substituídas: relatório mensal contendo o número e o tipo de componentes trocados, por equipamento.

14.4.1.2 Comprovação de destinação ambientalmente adequada: apresentação de certificados ou declarações emitidos por empresas / cooperativas licenciadas responsáveis pela coleta ou reciclagem dos resíduos eletroeletrônicos.

14.4.1.3 Peças reaproveitadas: percentual de componentes reparados ou reaproveitados em relação ao total substituído.

14.4.1.4 Eficiência energética indireta: registros de manutenção preventiva que comprovem redução de falhas ou consumo irregular de energia.

14.4.1.5 Relatórios de conformidade ambiental: emissão de relatório consolidado semestral, atestando que todos os procedimentos de descarte e reaproveitamento estão em conformidade com a legislação ambiental vigente.

15. Disposições Gerais

15.1 Justificativa sobre migração do Sistema SIREF para plataforma Frequência GOV

15.1.1 Embora esteja prevista, em momento futuro, a migração do sistema SIREF para a plataforma Frequência GOV, é importante destacar que, até a presente data, a nova solução ainda não foi totalmente implementada, embora a fase de testes já tenha sido iniciada.

15.1.2 Diante desse cenário de indefinição quanto ao cronograma de implantação do novo sistema, o SIREF permanece como a única ferramenta efetivamente disponível para o controle de frequência e gestão de pessoal, sendo essencial para a continuidade das rotinas administrativas do órgão.

15.1.3 A eventual indisponibilidade ou falha no funcionamento do SIREF comprometeria diretamente atividades críticas, como o registro de ponto dos servidores, o acompanhamento da jornada de trabalho, a emissão de relatórios e demais processos relacionados à gestão de pessoal.

15.1.4 Portanto, a contratação da manutenção do sistema SIREF mostra-se necessária e estratégica para garantir a continuidade dos serviços públicos, assegurando a estabilidade, o suporte técnico e a operação regular do sistema, até que o Frequência GOV esteja devidamente testado, validado e implantado de forma definitiva.

15.1.5 Trata-se, portanto, de uma medida preventiva e responsável, que visa evitar prejuízos operacionais e assegurar a adequada gestão administrativa durante o período de transição.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 Após análise técnica e administrativa, a equipe de planejamento declara viável a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ponto eletrônico biométrico da marca Henry, modelo Primme, atualmente em operação no Instituto Nacional de Câncer – INCA.

16.2 A viabilidade decorre dos seguintes fundamentos:

16.2.1 Necessidade comprovada: trata-se de serviço essencial para a continuidade do controle eletrônico de frequência dos servidores públicos, em atendimento às determinações normativas do Ministério da Saúde e do Tribunal de Contas da União, garantindo a conformidade legal e a rastreabilidade dos registros de jornada.

16.2.2 Solução tecnicamente adequada: a manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais ou homologadas e integração garantida ao Sistema SIREF/DATASUS, assegura o pleno funcionamento dos equipamentos já instalados, mitigando riscos de paralisação e inconsistência de dados.

16.2.3 Compatibilidade com o mercado fornecedor: o levantamento realizado identificou empresas capacitadas e homologadas pela fabricante Henry, aptas a atender às especificações técnicas exigidas, evidenciando a existência de concorrência suficiente para assegurar ampla disputa no processo licitatório.

16.2.4 Economicidade e eficiência: a opção pela manutenção do parque instalado é mais vantajosa do que a substituição integral dos equipamentos, evitando dispêndios desnecessários e assegurando o melhor aproveitamento dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

16.2.5 Conformidade legal e ambiental: a contratação está em consonância com a Lei nº 14.133/2021, observando as exigências de planejamento, estimativa de preços e sustentabilidade, inclusive quanto ao descarte adequado de resíduos eletroeletrônicos, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

16.3 Diante desses elementos, conclui-se que a contratação é **necessária, oportuna e vantajosa para a Administração Pública**, devendo ter prosseguimento para a fase de elaboração do Termo de Referência e subsequente deflagração do certame licitatório.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIANA TAVARES ALVARES

Equipe da Planejamento - Requisitante



Assinou eletronicamente em 07/11/2025 às 09:36:44.

MARLON MARCELO DA SILVA PARAENSE

Equipe da Planejamento - Técnico



Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 22:26:40.

RICARDO LUIZ PEREIRA MACEIRA

Equipe de Planejamento - Administrativo



Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 16:29:03.

ROBERTO LUIZ SILVA DOS SANTOS

Autoridade Máxima da Área de TIC



Assinou eletronicamente em 07/11/2025 às 10:01:53.

MAPA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

PROCESSO Nº25410.004237/2025-25

DATA11/4/2025

OBJETO:Contratação de Serviço de Manutenção para Equipamento de Ponto Eletrônico-SIREF

MODALIDADE:Pregão Eletrônico

GRUPO	ITEM	CATSER	OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	LOR TOTAL (ANUAL)	VALOR TOTAL (60 MESES)	CRITÉRIO
1	1	3514	Manutenção preventiva dos equipamento Primme Ponto - Henry	UNIDADE (MÊS)	12	R\$ 3.979,65	R\$ 47.755,80	R\$ 238.779,00	C
	2	3514	Manutenção corretiva do equipamento Primme Ponto - Henry (43 Equipamentos - SOB DEMANDA)	UNIDADE (ANO)	1	R\$ 45.800,00	R\$ 45.800,00	R\$ 229.000,00	B
VALOR TOTAL QUE A INSTITUIÇÃO SE DISPÕES A PAGAR							R\$ 93.555,80	R\$ 467.779,00	

CRITÉRIO ADOTADO PARA ESTIMATIVA: A - MENOR PREÇO

B - MEDIANA DOS PREÇOS

C - MÉDIA DOS PREÇOS

JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO ADOTADO: Para o item 01 foi ultizado a MÉDIA entre o ultimo preço(contrato atual) e o menor preço estimado pelos fornecedores. Já no item 02 foi MEDIANA, com base no COEFICIENTE DE VARIAÇÃO, sendo aplicado percentual igual ou inferior a 25% Média e superior a 25% Mediana.

ITEM 1 : Manutenção preventiva dos equipamento Primme Ponto - Henry									
	TIPO	IDENTIFICAÇÃO	EMPRESAS	PORTE	TELEFONE	E-MAIL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	AVALIAÇÃO TÉCNICA
1	Fornecedor	Estimativa	PROTEGER	Micro Empresa	(21)2734-6820	admfinanceiroptg@gmail.com	R\$ 6.450,00	R\$ 77.400,00	APROVADO
2	Fornecedor	Estimativa	SCBrasil	EPP	(21) 2018-5536	ventas4@scbrasil.com	R\$ 16.400,00	R\$ 196.800,00	DECLASSIFICADA
3	Fornecedor	Estimativa	ESTATER	EPP	(21) 2210-0287	contato@estatertecnologia.com.br	R\$ 12.259,00	R\$ 147.108,00	DECLASSIFICADA
4	INCA	ULTIMO PREÇO	PROTEGER	Micro Empresa	(21)2734-6820	admfinanceiroptg@gmail.com	R\$ 1.508,72	R\$ 18.104,64	APROVADO
Critérios para aferição do preço de mercado	MÍNIMO (UNITÁRIO)		MÁXIMO (UNITÁRIO)		MÉDIA (UNITÁRIO)		MEDIANA (UNITÁRIO)		COEFICIENTE VARIAÇÃO
	R\$	1.508,72	R\$	6.450,00	R\$	3.979,65	R\$	3.979,65	
	MÍNIMO (TOTAL)		MÁXIMO (TOTAL)		MÉDIA (TOTAL)		MEDIANA (TOTAL)		88%
		R\$	18.104,64	R\$	77.400,00	R\$	47.752,32	R\$	47.752,32
						1757969858,76		41928,15	

ITEM 2 : Manutenção corretiva dos equipamento Primme Ponto - Henry									
	TIPO	IDENTIFICAÇÃO	EMPRESAS	PORTE	TELEFONE	E-MAIL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	AVALIAÇÃO TÉCNICA
1	Fornecedor	Estimativa	PROTEGER	Micro Empresa	(21)2734-6820	admfinanceiroptg@gmail.com	R\$ 108.620,00	R\$ 108.620,00	APROVADO
2	Fornecedor	Estimativa	SCBrasil	EPP	(21) 2018-5536	vendas4@scbrasil.com	R\$ 45.800,00	R\$ 45.800,00	APROVADO
3	Fornecedor	Estimativa	ESTATER	EPP	(21) 2210-0287	contato@estatertecnologia.com.br	R\$ 69.700,00	R\$ 69.700,00	DESCCLASSIFICADA
4	INCA	ULTIMO PREÇO	PROTEGER	Micro Empresa	(21)2734-6820	admfinanceiroptg@gmail.com	R\$ 8.533,13	R\$ 102.397,56	APROVADO
Critérios para aferição do preço de mercado									
		MÍNIMO (UNITÁRIO)	MÁXIMO (UNITÁRIO)	MÉDIA (UNITÁRIO)	MEDIANA (UNITÁRIO)	VARIÂNCIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE VARIAÇÃO	
		R\$ 8.533,13 R\$	108.620,00 R\$	54.317,71	R\$ 45.800,00	2558758924,33	50584,18		
		MÍNIMO (TOTAL)	MÁXIMO (TOTAL)	MÉDIA (TOTAL)	MEDIANA (TOTAL)	VARIÂNCIA	DESVIO PADRÃO	93%	
		R\$ 45.800,00 R\$	108.620,00 R\$	85.605,85	R\$ 102.397,56	1198059159,58	34612,99		

Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Respeitando os parâmetros descritos nos parágrafos §1º ao §6º que dispõe sobre os procedimentos básicos para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Atenciosamente,

ROSANA ALMEIDA

Analista de Planejamento e Contratações Pleno
MATRÍCULA 108757/ CTC

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO												
Item	Descrição dos Serviços			Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)		Valor Total Anual (R\$)		CRITÉRIO		
1	Manutenção preventiva dos equipamento Primme Ponto - Henry			Mês	12	R\$ 3.979,65		R\$ 47.755,80		B		
2	Manutenção corretiva do equipamento Primme Ponto - Henry (43 Equipamentos - SOB DEMANDA)			Ano	1	R\$ 45.800,00		R\$ 45.800,00		B		
VALOR TOTAL ESTIMATIVO								R\$ 93.555,80				
Detalhamento do Item 1												
Item	Descrição		Quantidade de Equipamentos (A)	Valor por Equipamento (B)		Valor Total Mensal (A x B)		Quantidade de Meses (C)		Valor Total Anual (A x B x C)		CRITÉRIO
1	Manutenção preventiva dos equipamentos Primme Ponto - Henry		43	R\$ 92,55		R\$ 3.979,65		12		R\$ 47.755,80		MÉDIA, entre o ultimo preço e o meno preços estimado
	1.1 - Empresa: SCBrasil		43	R\$ 400,00		R\$ 17.200,00		12		R\$ 206.400,00		DESCCLASSIFICADA
	1.2 - Empresa: Proteger		43	R\$ 150,00		R\$ 6.450,00		12		R\$ 77.400,00		APROVADA
	1.3 - Empresa: Estater		43	R\$ 299,00		R\$ 12.857,00		12		R\$ 154.284,00		DESCCLASSIFICADA
	1.4 - Ultimo preços - Contrato Atual		43	R\$ 35,09		R\$ 1.508,72		12		R\$ 18.104,64		APROVADA
Detalhamento do Item 2												
			1.1 - Empresa SCBRASIL		1.2 - Empresa: PROTEGER		1.3 - Empresa: ESTATER		1.4 - Ultimo preços: Contrato Atual		MÉDIA	MEDIANA
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual Estimado	Valor Total Anual Estimado	Valor Total Anual Estimado
2	Módulo biométrico com cabo e leitor	43	R\$ 300,00	R\$ 12.900,00	R\$ 1.600,00	R\$ 68.800,00	R\$ 1.700,00	R\$ 69.700,00	R\$ 54,37	R\$ 2.337,70	R\$ 28.012,57	R\$ 12.900,00
	Capota traseira	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00			R\$ 10,87	R\$ 108,73	R\$ 1.702,91	R\$ 1.000,00
	Bateria de lítio	43	R\$ 200,00	R\$ 8.600,00	R\$ 100,00	R\$ 4.300,00			R\$ 76,11	R\$ 3.272,77	R\$ 5.390,92	R\$ 8.600,00
	Fonte com cabo de alimentação universal 5v 1A	43	R\$ 100,00	R\$ 4.300,00	R\$ 120,00	R\$ 5.160,00			R\$ 32,62	R\$ 1.402,62	R\$ 3.620,87	R\$ 4.300,00
	Display gráfico de cristal líquido	20	R\$ 200,00	R\$ 4.000,00	R\$ 490,00	R\$ 9.800,00			R\$ 36,64	R\$ 732,84	R\$ 4.844,28	R\$ 4.000,00
	Etiqueta adesiva do relógio (lacre)	120	R\$ 50,00	R\$ 6.000,00	R\$ 20,00	R\$ 2.400,00			R\$ 0,22	R\$ 26,10	R\$ 2.808,70	R\$ 6.000,00
	Placa Lógica	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 12.000,00			R\$ 54,37	R\$ 543,65	R\$ 5.514,55	R\$ 4.000,00
	Teclado Completo	10	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00	R\$ 180,00	R\$ 1.800,00			R\$ 21,75	R\$ 217,46	R\$ 1.339,15	R\$ 2.000,00
	Capota frontal	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00			R\$ 21,75	R\$ 217,46	R\$ 2.405,82	R\$ 3.000,00
	Valor Total Anual		R\$ 45.800,00		R\$ 112.260,00				R\$ 69.700,00		R\$ 8.859,32	



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Gabinete
Serviço de Tecnologia da Informação

PLANILHA DE ORÇAMENTO
(ART. 25, §7º, DA LEI Nº 14.133/21)

Data base: 19/09/2025

GRUPO	ITEM	CATSER	OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	1	3514	Manutenção preventiva dos equipamentos Primme Ponto Henry /MENSAL	Unidade	12	R\$ 3.979,65	R\$ 47.755,80
	2	3514	Manutenção corretiva dos equipamentos Primme Ponto Henry / ANUAL (43 Equipamentos - SOB DEMANDA)	Unidade	1	R\$ 45.800,00	R\$ 45.800,00
VALOR TOTAL QUE A INSTITUIÇÃO SE DISPÕES A PAGAR							R\$ 93.555,80

Atenciosamente,

Júlio César Moreira dos Santos

Chefe Substituto do Serviço de Compras

Portaria SAA nº 648, de 13 de Setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 15 de Setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Moreira dos Santos, Chefe do Serviço de Compras substituto(a)**, em 04/11/2025, às 19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0050548295** e o código CRC **E9B13417**.

Referência: Processo nº 25410.004237/2025-25

SEI nº 0050548295

Serviço de Compras - SECOM/INCA
Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
Site

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU
DECLARAÇÃO DE OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Termo de Referência nº 474/2025
Processo Administrativo 25410.004237/2025-25

DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA

DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº **XXX/2025**, que a empresa **<Razão Social da Empresa>**, registrada no CNPJ/MF **<CNPJ>**, representada por seu Responsável Técnico abaixo identificado, realizou VISTORIA TÉCNICA nas instalações do INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER do MINISTÉRIO DA SAÚDE, tomando ciência de informações e instruções necessárias ao atendimento do objeto da presente licitação e à eventual elaboração de sua PROPOSTA, ao passo que nos comprometemos a manter sob sigilo e a não divulgar as informações e dados a que tivemos acesso por ocasião da VISTORIA TÉCNICA.

OU

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA

DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº **XXX/2025**, que a empresa **<Razão Social da Empresa>**, registrada no CNPJ/MF **<CNPJ>**, Em conformidade a previsão contida no Termo de Referência, manifestamos nossa opção por **não realização** da Vistoria Técnica.

Rio de Janeiro/RJ, **<dia>** de **<mês>** de 2025

. [assinatura e carimbo]
<Nome completo do emitente>
<Cargo do emitente>
<SIAPE do emitente>

[assinatura]
<Nome completo do representante da Empresa>
<Documento de Identificação>

ANEXO II
TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO E SIGILO

Termo de Referência nº 474/2025
Processo Administrativo 25410.004237/2025-25

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Pelo presente instrumento o **<NOME DO ÓRGÃO>**, sediado em **<ENDEREÇO>**, CNPJ nº **<Nº do CNPJ>**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **<NOME DA EMPRESA>**, sediada em **<ENDEREÇO>**, CNPJ nº **<Nº do CNPJ>**, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

www.gov.br/inca

[...]

[...]

[...]

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

[...]

[...]

[...]

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

[...]

[...]

[...]

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

[...]

[...]

[...]

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a

www.gov.br/inca

revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

[...]

[...]

[...]

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que

www.gov.br/inca

a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

[...]

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

[...]

[...]

[...]

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições

www.gov.br/inca

estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

[...]

[...]

[...]

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[...]

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div>

TESTEMUNHAS	
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO III
DOCUMENTO PARA INDICAÇÃO DO PREPOSTO DA CONTRATADA

Termo de Referência nº 474/2025
Processo Administrativo 25410.004237/2025-25

Por intermédio do presente instrumento, a empresa (.....), inscrita no CNPJ nº (.....), com Sede na Cidade de XXXXXX/XX, neste ato representada pelo Senhor (.....), portador da Cédula de Identidade nº (.....), e do CPF nº (.....), vem perante o INCA/MS, em atendimento ao item (...) da Cláusula (....) do Contrato nº (xxx/202x-INCA), indicar preposto para representar esta empresa nos assuntos atinentes ao presente instrumento contratual.

Contrato nº :	
Objeto:	
Preposto da Empresa:	
C.P.F.:	
Cargo:	
Telefones:	
E-mail:	

Rio de Janeiro/RJ, <dia> de <mês> de 2025

<Representante da empresa que indicou o preposto>

<Nome da Empresa>

ANEXO IV
TERMO DE CIÊNCIA

Termo de Referência nº 474/2025
Processo Administrativo 25410.004237/2025-25

INTRODUÇÃO
<p>O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.</p> <p>No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.</p>

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA
<p>Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.</p>

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA

Termo de Referência nº 474/2025
Processo Administrativo 25410.004237/2025-25

Ao
Instituto Nacional de Câncer (INCA/MS)

DADOS DA EMPRESA	
Nome:	<XXX>
CNPJ:	<XXX>
Endereço:	<XXX>
CEP:	<XXX>
E-mail:	<XXX>
Telefone:	<XXX>
Dados bancários:	<XXX>
Identificação do responsável pela assinatura do Contrato	<Nome completo>; <CPF>; <Identidade/órgão expeditor>; <Cargo/função>; <Endereço completo>; <Cidade>; <CEP>

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no **Pregão Eletrônico nº <XX/XXXX>**.

Declaramos que esta oferta tem **validade inicial de 90 (noventa) dias**, contados da data de abertura desta proposta.

Os serviços cotados nesta proposta dispõem das seguintes características:

G	r	l	u	t	p	e	o	m	Descrição dos Serviços	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	1								Manutenção preventiva dos equipamentos Primme Ponto - Henry	3514	Mês	12	R\$	R\$
	2							Manutenção corretiva do equipamento Primme Ponto - Henry (43 Equipamentos - SOB DEMANDA)	Ano		1	R\$	R\$	
VALOR TOTAL														R\$

O valor global da proposta por 12(doze) meses é de R\$ <XX/XXXX>. (<XX/XXXX> centavos).

Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação, estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços.

Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços, incluindo o custo de equipamentos e demais recursos necessários à prestação do serviço, bem como todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis.

(local e data)

(assinatura do representante legal devidamente identificada)

INSTRUÇÕES:

1. A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.

www.gov.br/inca

2. Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).
3. Para a fase de habilitação técnica, anexo à proposta, devem ser apresentados os documentos necessários e suficientes para a comprovação do atendimento aos critérios técnicos de habilitação, conforme definido no Termo de Referência.
4. Conforme súmula TCU 254/2010 o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) não devem constar da composição de preços da proposta.
5. É necessário juntar à proposta cópia dos principais documentos da empresa (alteração contratual ou procuração) e do responsável (documento de identidade, CPF ou CNH).
6. Observando o disposto no 9.8.12.4 do Termo de Referência, a proposta deve ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Item	Descrição dos Serviços	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	Manutenção preventiva dos equipamento Primme Ponto - Henry	Mês	12		
2	Manutenção corretiva do equipamento Primme Ponto - Henry (41 Equipamentos - SOB DEMANDA)	Ano	1		

Detalhamento do Item 1

Item	Descrição	Quantidade de Equipamentos (A)	Valor por Equipamento (B)	Valor Total Mensal (A x B)	Quantidade de Meses (C)	Valor Total Anual (A x B x C)
1	Manutenção preventiva dos equipamentos Primme Ponto - Henry	41			12	

Detalhamento do Item 2

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual Estimado
2	Módulo biométrico com cabo e leitor	41		
	Capota traseira	10		
	Bateria de lítio	41		
	Fonte com cabo de alimentação universal 5v 1A	41		
	Display gráfico de cristal líquido	20		
	Etiqueta adesiva do relógio (lacre)	120		
	Placa Lógica	10		
	Teclado Completo	10		
	Capota frontal	10		
	Valor Total Anual			R\$

ANEXO VII
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO
 Termo de Referência nº 474/2025
 Processo Administrativo 25410.004237/2025-25

INTRODUÇÃO
<p>O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem às exigências contratuais, de acordo com os requisitos e critérios de aceitação estabelecidos.</p> <p>Referência: alínea “b” inciso I do art. 140, da Lei 14.133.</p>

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S)/SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO				
SOLUÇÃO DE TIC				
<descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>				
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
TOTAL DE ITENS				

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto na alínea “b” inciso I do art. 140, da Lei 14.133 por este instrumento **ATESTO/ATESTAMOS** que o(s) **<serviço(s)/ bem(s)>** correspondentes à **<OS/OFB>** acima identificada foram **<prestados/entregues>** pela **CONTRATADA** e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.

ITEM	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigência contratual estabelecida no TR >
...
...
...
...

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, **<não>** há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, **<cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>**.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à **<OS/OFB>** acima identificada monta em R\$ **<valor>** (**<valor por extenso>**).

Referência: **<Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>**.

5 – ASSINATURA

GESTOR DO CONTRATO

<p>_____ <Nome do Gestor do Contrato> Matrícula: xxxxxxxx</p> <p><Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</p>

<As seções seguintes podem constar em documento diverso, pois dizem respeito à autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato, e a respectiva ciência do preposto quanto a esta autorização>.

5 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO
GESTOR DO CONTRATO
<p>Nos termos da alínea “b” inciso I do art. 140, da Lei 14.133, AUTORIZA-SE a CONTRATADA a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.</p> <p>_____ <Nome do Gestor do Contrato> Matrícula: xxxxxxxx</p> <p><Local>, <dia> de <mês> de <ano></p>

7 – CIÊNCIA
PREPOSTO
<p>_____ <Nome do Preposto do Contrato> Matrícula: xxxxxxxx</p> <p><Local>, <dia> de <mês> de <ano></p>

ANEXO VIII
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
 Termo de Referência nº 474/2025
 Processo Administrativo 25410.004237/2025-25

INTRODUÇÃO
<p>O Termo de Recebimento Provisório trata-se de termo detalhado que declarará que os serviços foram prestados e atendem às exigências de caráter técnico, sem prejuízo de posterior verificação de sua conformidade com as exigências contratuais, baseada nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.</p> <p>Referência: alínea “a” inciso I do art. 140, da Lei 14.133.</p>

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...
...
...
TOTAL DE ITENS			

www.gov.br/inca

3 – RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto na alínea “a” inciso I do art. 140, da Lei 14.133, por este instrumento ATESTO que os serviços correspondentes à <OS> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram executados e <atende(m)/atende(m) parcialmente/não atende(m)> às respectivas exigências de caráter técnico discriminadas abaixo. Não obstante, estarão sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo desses serviços ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigências técnicas definidas no TR>
...
...
...

4 – ASSINATURA

FISCAL TÉCNICO

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO IX
TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO
 Termo de Referência nº 474/2025
 Processo Administrativo 25410.004237/2025-25

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	<xxxxx/aaaa>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	<XX.XXX.XXX/XXXXX-XX>
DATA DE INÍCIO	<dd/mm/aaaa>		
OBJETO	<Descrição do Objeto>		

2 – LISTA DE VERIFICAÇÃO			
Item	Atendido	Não Atendido	Não Aplicável
Os recursos humanos e materiais foram preparados para a continuidade do negócio por parte da Administração?			
A contratada entregou as versões finais dos produtos e a documentação?			
Houve a transferência final de conhecimentos sobre a execução e manutenção da solução?			
A contratada devolveu os recursos que foram oferecidos para operacionalizar o contrato?			
Foram revogados os perfis de acesso dos funcionários da contratada?			
Foram eliminadas as caixas postais que foram oferecidas à contratada?			
<outras que se apliquem ao objeto da contratação>			
...			

< É importante considerar o período de garantia, que pode se estender para além da vigência do contrato. Nestes casos, deve-se verificar quais recursos devem ser mantidos à empresa para que ela preste o serviço de garantia>.

3 – DO ENCERRAMENTO

Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:

O contrato encerra-se por motivo de **<motivo>**.

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- a) As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;
- b) As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
- c) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.
- d) **<inserir pendências, se houver>**.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento para que surta seus efeitos jurídicos.

6 – ASSINATURAS	
<p>_____</p> <p>CONTRATADA</p> <p>PREPOSTO</p> <p>_____</p> <p><Nome></p> <p>Matrícula: xxxxxxxxx</p>	<p>_____</p> <p>CONTRATANTE</p> <p><Autoridade Competente da Área Administrativa></p> <p>_____</p> <p><Nome></p> <p>Matrícula: xxxxxxxxx</p>

<Local>, <dd> de <mês> de <ano>



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Serviço de Apoio às Licitações

CONTRATO Nº 85/2026

Processo nº 25410.004237/2025-25

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER E A EMPRESA.....

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER**, com sede na **Praça Cruz Vermelha nº 23, 4º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP. 20.231-130**, inscrito no CNPJ/MS sob o nº **00.394.544/0171-50**, neste ato representado por seu Diretor Geral, **Dr. ROBERTO DE ALMEIDA GIL**, portador da Matrícula SIAPE nº 6241986, instituído pela Portaria nº 1.619, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2023, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o Empresa..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na **[endereço].....**, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **25410.004237/2025-25** e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº. .../2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de Prestação de serviços especializados de manutenções preventiva e corretiva nos equipamentos de ponto eletrônico biométrico, modelo Primme, da fabricante Henry, atualmente instalados nas unidades do Instituto Nacional de Câncer**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL	VALOR
1							
2							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Ordem de Serviço, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos **arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021**.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$93.555,80 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.2. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

1.1.10.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 (trinta) dias*;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de

ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):

Hospital do Câncer I (HCI): Praça da Cruz Vermelha, 23, Centro - CEP: 20230-130

Hospital do Câncer II (HCII): Rua Equador, 831, Santo Cristo - CEP: 20220-410

Hospital do Câncer III e IV (HCIII e HCIV): Rua Visconde de Santa Isabel - 274 - Vila Isabel - CEP: 20560-120

Alojamento 01 (HOTEL 1): Rua Washington Luiz, n.º 85, CEP: 20230-026

Alojamento 02 (HOTEL 2): Rua Carlos de Carvalho, 47 - Centro - CEP: 20230-180

Marquês de Pombal (MP): Rua Marquês de Pombal, 125, Centro - CEP: 20230-240

Divisão de Patologia (DIPAT): Rua Cordeiro da Graça, 156 - Santo Cristo - CEP: 20220-400

INCADATA: Rua do Resende, 195 - Centro - CEP 20231-091

Coordenação de Pesquisa (CPQI): Rua André Cavalcanti, 37- Centro - CEP: 20231-050

ODONTOLOGIA: Rua Carlos Sampaio, 246 Loja C - Centro - CER: 20231-085

- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.
- 9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.
- 9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, .

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. [\[A1\]](#)

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de **2026**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA, UASG 250052**

Fonte de Recursos: **XXXXX (Verificar no GAB/TR/Declaração DIOF)**

Programa de Trabalho: **XXXXXXXX**

Elemento de Despesa: **XXXXX**

Plano Interno: **XXXXXX**

Nota de Empenho: **XXXXNEXXXXXX**

[https://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/empenho/25005200001XXXXNEXXXXXX?](https://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/empenho/25005200001XXXXNEXXXXXX?ordenarPor=fase&direcao=asc)
[ordenarPor=fase&direcao=asc](#)

15.1.1. Objetivando dar maior transparência informamos que, no link acima, a contratada terá acesso as informações do empenho, bem como, poderá acompanhar todos os pagamentos referentes a ele em "Documentos Relacionados".

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado depois de lido e achado em ordem e

vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro,..... de..... de 2026.

Dr. ROBERTO DE ALMEIDA GIL
Diretor-Geral
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA/MS

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-
2-



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto de Carvalho Filho, Chefe do Serviço de Apoio às Licitações substituto(a)**, em 15/05/2026, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0055375652** e o código CRC **9D97D3C8**.

Referência: Processo nº 25410.004237/2025-25

SEI nº 0055375652

Serviço de Apoio às Licitações - SEAL/INCA
Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
Site